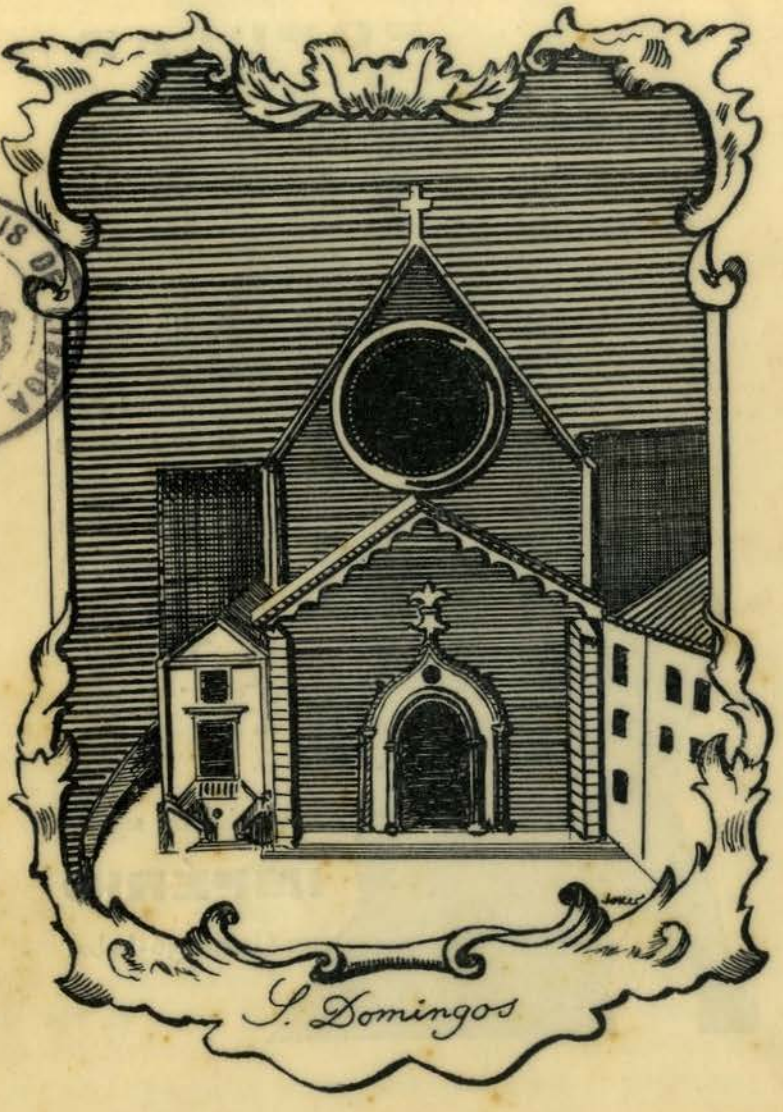
OLISIPO

Boletim Trimestral do

GRUPO "AMIGOS DE LISBOA"

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA



Ano XXII
N.º 88

OUTUBRO
1959

SEGURO POPULAR DE VIDA

os pais
estão seguros
quando
os filhos
estão seguros

50$00
por mês

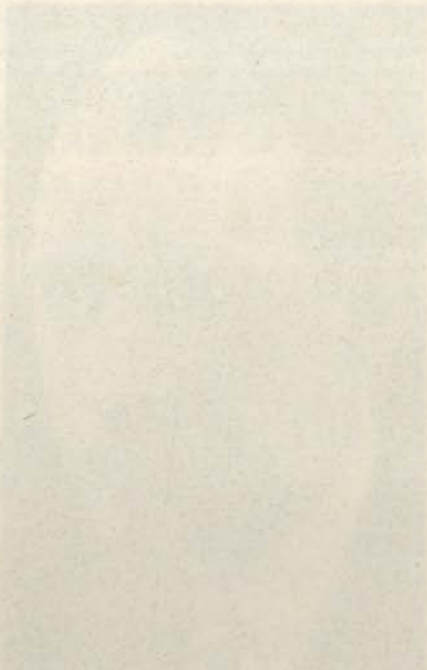
companhia de seguros

IMPÉRIO

rua Garrett, 56 - Lisboa

Luís Pastor de Macedo

Regressou à sua actividade de escritor olisiponense, por ter terminado, com o total aplauso da cidade a sua missão na vice-presidência da Câmara Municipal, à qual prestou assinaláveis serviços, o nosso amigo, e *Amigo de Lisboa* da primeira hora, Luís Pastor de Macedo. É escusado de mencionar miùdamente a obra de espírito que ele conseguiu levar a cabo a bem da tradição e da melhoria da vida citadina. Todos o sabem de cor. A animação que ele conseguiu insuflar-lhe, com as Festas de Junho e com as comemorações de 1947, os benefícios que lhe promoveu com as suas ideias de urbanização (Alfama prova-o exuberantemente), as iniciativas que teve na acção cultural do Município, constituem, em súmula imperfeita, um notável «curriculum vitae» neste sector das suas actividades. Os *Amigos de Lisboa,* e os amigos dele abraçam-no com efusiva ternura, testemunhando-lhe o seu respeito e a sua admiração.



Oferta
27. JUL. 1988

OLISIPO

BOLETIM TRIMESTRAL

ANO XXII — OUTUBRO DE 1959 — NÚMERO 88

Director: MATOS SEQUEIRA

EDIÇÃO E PROPRIEDADE DO GRUPO "AMIGOS DE LISBOA"

Redacção e Administração: Largo Trindade Coelho, 9, 1.º – Tel. 2 57 11

Comp. e imp. de Ramos, Afonso & Moita, Lda. - S. Vicente de Fora - R. Voz do Operário, 8 a 16

Direcção gráfica de Luís Moita

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

SUMÁRIO

EMPLO DE S. DOMINGOS 167

A IGREJA DE S. DOMINGOS
pelo *Cónego José Corrêa de Sá* 170

A IGREJA DE S. DOMINGOS — Fastos gloriosos e fatais da sua história
por *Ferreira de Andrade* 172

NA IGREJA DE S. DOMINGOS, de Lisboa, nem tudo se perdeu: salva-se a imagem de NOSSA SENHORA DA ESCADA
pelo *Dr. Rocha Souto* 226

ACTIVIDADE CULTURAL no trimestre passado 237

Distribuição gratuita a todos os sócios

Os artigos aqui publicados são de exclusiva responsabilidade dos seus autores

O TEMPLO DE *SÃO DOMINGOS*

Este número do OLISIPO *vai consagrado, quase exclusivamente, à história da igreja de São Domingos e à comemoração de lástima pela sua última fatalidade — o terrível incêndio que a destruiu no final do passado Agosto. O memorial de todo o seu passado, o exaustivo relato descritivo dos seus sucessivos aspectos e as recordações de todos os acontecimentos desenrolados à sua volta, no seu interior e no seu Adro, escreve-a Ferreira de Andrade com a maior exacção e a melhor inteligência; a lembrança piedosa de Santa Maria da Escada e a evocação das devoções que sugeriu, traça-a o Dr. Rocha Souto, com pormenorizadas referências. E ambos estes escritos, darão aos nossos leitores-Amigos de Lisboa, uma ideia completa da acção que ele exerceu na vida da capital e do lugar singular que lhe compete entre os templos da cidade. O desastre que a reduziu a pouco menos de nada, fazendo-lhe estalar as cantarias, desabar a cobertura, consumir talhas e imagens, sobre o enorme prejuízo e sobre a pena do que se perdeu, pôs de pé uma interrogação: reconstrói-se a igreja no mesmo local ou transfere-se para outro? As opiniões divergem. Cada um traz à flor do seu parecer a sua psicologia. Há quem,*

preso ao domínio das recordações e do influxo do passado sobre o presente, queira vê-la erguida no mesmo local, uns aceitando a traça anterior, ou alvitrando um novo aspecto arquitectural,

mais de acordo com a hora que passa; outros opinam pela transferência, para desafogo do local com novas artérias de trânsito exigidas pelo impetuoso desenvolvimento que o urba-

nismo trouxe a Lisboa. Há até quem, confundindo urbanismo com urbanização, dê sentenças que chamados a capítulo não saberiam explicar. Muito se tem discreteado em tal matéria. O assunto é palpitante de interesse e não faltam os inovadores que se esquecem que o sonhado alargamento do Rossio não resolve problemas de trânsito. Estes só se solucionam com o alargamento das vias de penetração e não com as dos pontos de confluência do movimento citadino. De túneis transversais que passem de Nascente a Poente, rompendo os outeiros de Sant'Ana e de São Roque, é que Lisboa carece.

Enfim, as autoridades que superintendem em tais assuntos é que terão de resolver o difícil caso que o Destino lhe veio agora pôr à frente. A nós, «Amigos de Lisboa», a que interessam igualmente os motivos de ontem, de hoje e de amanhã, cabe-nos tão sòmente diligenciar que se esclareça o negrume do problema.

A IGREJA DE S. DOMINGOS

pelo CÓNEGO JOSÉ CORRÊA DE SÁ

PEDEM-ME os beneméritos «Amigos de Lisboa» algumas palavras para este número da sua interessante revista OLISIPO, número inteiramente dedicado a este templo, tão querido de todos os lisboetas.

Os aspectos histórico e artístico serão tratados por mestres, a quem a cidade já tanto deve; a mim, pároco há mais de cinco anos, da freguesia que tem a sede nesta igreja, cabe-me apenas focar a sua importância religiosa, em relação a Lisboa e a todo o País.

Em todas as grandes cidades existem templos como este, sem vida pròpriamente paroquial, mas com características muito especiais — portas abertas permanentemente e sempre com sacerdotes prontos a atenderem os fiéis que a todos os momentos os procuram.

Sem receio de engano, pode dizer-se, ser previligiada a localização deste templo. Situado no centro da cidade (e por mais que esta se estenda em várias direcções, o seu centro será sempre a «Baixa»), perto da estação de caminho de ferro e dos principais hotéis, em plena zona comercial, tudo concorria para ser este templo diàriamente frequentado por multidão de pessoas.

O facto de estar um pouco escondido (o que a tantos impressiona mal) e a não existência de qualquer degrau na sua entrada, facilitava o ingresso daqueles que têm dificuldade em subir escadarias ou dos que, outros Nicodemos ou Josés da Arimateia, não gostam de ser vistos em busca do Senhor.

Logo pela manhã, enchia-se a igreja de pessoas que, ao dirigirem-se para os seus afazeres, passavam por aqui para assistir à Missa ou para se recolherem apenas uns instantes, buscando energias para um dia de trabalho. Perto de quatro centenas de fiéis aqui comungavam diàriamente, e nunca menos de trezentos assistiam à Missa vespertina, mesmo nos meses estivais em que os lisboetas fogem para as praias ou para o campo. Era se sete mil, aproximadamente, o número dos que vinham aqui cumprir o preceito dominical. Nunca a igreja esteve vazia.

Quantos, vindos das cinco partes do Mundo, fizeram aqui o seu encontro com o Mestre, alguns após longas e dolorosas jornadas pelos caminhos ásperos da vida! Raro era o dia em que não se atendiam confissões em língua estrangeira.

Não existe dúvida de que era o templo da capital com mais intenso movimento religioso. Mesmo hoje, com o culto apenas na sacristia, sempre cheia de fiéis, duzentas pessoas se abeiram diàriamente da mesa eucarística e os confissionários funcionam permanentemente.

É a voz do povo (que é voz de Deus, segundo o velho ditado) a indicar onde o templo deve permanecer.

Para maior glória de Deus e para o bem espiritual da nossa querida Lisboa, peço a Deus não esteja longe o dia em que este templo volte a recolher dentro das suas paredes a multidão de fiéis que diàriamente transpunham os seus umbrais.

A Igreja de S. Domingos

Fastos gloriosos e fatais da sua história

por FERREIRA DE ANDRADE

AGITADO estava o País. Corria o ano de 1241. D. Sancho II, tão brilhante e valente guerreiro como inábil político, conseguira já — talvez para captar a benevolência de Gregório XIX com o ataque aos infiéis (1) — a Bula Pontifical impetrada para a conquista do Algarve. Abandonado pela maioria dos fidalgos, unira-se ao clero, por sua vez em dissidências constantes, nascidas da rivalidade firmada, sobretudo, entre Braga e Porto. D. Sancho inclina-se para os partidários de Pedro Salvadores, Bispo da cidade do Douro, enquanto procura congregar em torno de si, além de outros prelados, as restantes forças eclesiásticas do país, entre as quais a poderosa Ordem de Santiago, por ele cumulada de benesses, bem como o seu Grão-Mestre, e os dominicanos que tinham na fidalguia vasta influência.

Assim nasceu, neste ambiente de lutas intestinas, enfraquecido já o poder régio, o Convento de S. Domingos.

Há vinte e um anos que, «com seu bordão e Breviário, e sem dar moléstia nem ser pesado a ninguém» (2), Frei Soeiro entrara em terras de Espanha e de Portugal. Já S. Domingos, o glorioso Patriarca, tinha passado Aragão, atravessado a França, descido os Alpes, caminho da cidade eterna. Tempos depois iniciara nova jornada, levando, a outras terras e outras gentes, o verbo de Cristo às almas desviadas. Em Maio de 1220 reune o *Pregador*, em Bolonha , os seus provinciais. Lá estava Frei Soeiro Gomes. Só no *Capítulo* seguinte, porém, foi designado provincial em Espanha e Portugal, para cujos monarcas lhe entrega S. Domingos de Gusmão cartas pontificais. De jornada em jornada, institui conventos em Aragão e Castela. S. Domingos falece, entretanto. Frei Soeiro é chamado a Paris para aí assistir à eleição

(1) *História de Portugal*, L. Gonzaga de Azevedo, vol. VI, pág. 81.
(2) *História de S. Domingos*, Frei Luís de Sousa, tomo I, pág. 84.

do sucessor do glorioso Patriarca. É eleito Mestre-Geral de toda a ordem o alemão Frei Jordão.

De volta ao Reino, lança Frei Soeiro os alicerces para a construção dos primeiros Conventos: Alenquer, Covilhã, Porto ...

Os anos passam. A vida política da Nação agrava-se cada vez mais. Lisboa vai pouco a pouco atingindo foros de primeira cidade do Reino. Porto, Guimarães, Coimbra, Braga e mesmo Lamego sentem que outra cidade se expande e engrandece. O Tejo é o grande rio, com todas as possibilidades de transformar a urbe na primeira metrópole da Nação. Ao seu porto se acolhem mareantes e mercadores, arribam barcas, zabras e galés, as armadas dos cruzados num desejo constante de lutas e conquistas; multiplica-se o tráfego intensivo do comércio e os primeiros trabalhos do «Pallatium navigorum regis».

A ascensão de Lisboa a capital do reino ia tomando vulto, corporizava-se com a própria vida da Nação no seu afastamento precipitado para o Sul. Não eram raros já os estrangeiros que procuravam a cidade do Tejo, atraídos pela fama do seu clima.

Adicionam-se uma a uma as freguesias, erguem-se monumentos e igrejas.

Lisboa ultrapassara já os seus 15.000 habitantes, espalhados por vinte e três paróquias.

Em 1223 funda-se, no termo de Lisboa, em Chelas, o primeiro Mosteiro de Freiras da Ordem dos Pregadores. Os dominicanos, esses só volvidos dezoito anos dão início à construção do seu cenóbio. A instâncias dos moradores de Lisboa, rogativa do então provincial Frei Gil de Santarém, pela própria e decidida vontade do infeliz monarca, o certo é ter D. Sancho determinado a edificação do convento. Assim o afirma a certidão do lançamento da primeira-pedra e o declara Frei Luís de Sousa, cronista da Ordem, que não foge a insistir ser a obra *del Rey D. Sancho; seu o pensamento, sua a traça.*

E acrescenta: «quiz el Rey que ouvesse no começo toda a solenidade eclesiastica». E assim foi. Em dia que se desconhece de Fevereiro do ano do Senhor de 1242 foi lançada à terra em terreno alagadiço às abas do Rossio a pedra simbólica para a construção do convento (3). Presidiu à cerimónia, na ausência do bispo Aires Vaz, o bispo de Ratisbona, acidentalmente em Lisboa.

---

(3) Tradução que nos é dada por Frei Luís de Sousa da certidão mandada passar por ordem do Bispo Regeuse, de Rastibona:

«Por mercê de Deus Bispo Regente a todos os que as presentes letras virem saude no Senhor. Achandonos no Bispado de Lisboa, nos mandou pedir por carta sua o Senhor Rey de Portugal que lançassemos a primeira pedra no edificio do Convento que pretendia fazer para os Frades Prégadores no sítio que chamão a corredoura junto á cidade de Lisboa. O que querendo nós por em execução pera o podermos legitimamente fazer estando a dita Igreja, como está, em Sé vacante, nos foram presentadas humas letras da parte do Cabido della, cuja sentença era esta. Saibão quantos estas letras virem, que nós Dayão e Cabido de Lisboa damos lecença aos Frades pregadores pera edificarem Mosteiro nesta cidade. Porque entendemos que resultará de tal obra honra pera nossa Igreja e será meyo de salvação pera as almas.

E pera que esta licença tenha força, e vigor, a confirmamos com nosso sello. Em Lisboa aos vinte de Outubro anno do Senhor 1241. Tambem nos foi dada huma carta do mesmo Cabido que continha o seguinte: Ao veneravel em Christo Padre, o Senhor F. Bispo Regente, o Cabido

Pouco tempo sobreviveu o segundo Sancho. Destituído em 1245, morre, três anos depois, no seu desterro de Toledo. As lutas intestinas entre o clero e o Rei continuavam, no entanto. Arrastavam-se os conflitos.

O cenóbio de S. Domingos concluíra-se já — modesto, térreo sòmente; era contudo a primeira afirmação do desenvolvimento da urbe para o vale onde descaíam as vertentes dos morros do Castelo, da Cotoubia, S. Francisco e Santa Catarina.

*

Sem dúvida na fábrica construída por D. Sancho existia já um templo para o culto dos dominicanos; mas sóbrio, pobre mesmo para uma cidade que se engrandecia e em breve D. Afonso alcandoraria a capital do Reino. Assim, pelo menos, o entendeu o Bolonhês.

«Por este tempo que foy pelos anos de 1249 — escreve o cronista dominicano — começou el Rey dom Afonso a grande machina da nossa igreja de Lisboa como a vemos ôje.»

Tanto Rui de Pina como Frei Luís de Sousa dão a obra por concluída no prazo de dez anos.

Grande seria decerto o respeito, a admiração, a idolatria mesmo, de D. Afonso III pela ordem dos pregadores e pelo seu provincial S. Frei Gil. A esta amizade, que perdurou longos anos, ficou, sem dúvida, Lisboa devendo um dos seus primeiros templos e que durante séculos andou ligado à própria história da cidade.

*

Mas onde se alicerçou Frei Luís de Sousa para nos dar a data exacta da fundação do templo? Sòmente em Rui de Pina, onde se lê que Dom Afonso fez de novo o dito Mosteiro de S. Domingos de Lisboa, o qual começou nos três anos primeiros depois que foi Rei?

Não. Leu-a nos versos latinos abertos em letra gótica numa lápide existente, no seu tempo, sobre uma das portas da igreja que dava acesso para o claustro (4) e designada por «porta das graças» (5).

---

da Sé de Lisboa, reverencia e saude. Pareceonos pedir com boa consideração a V. P. que nas occasioens de necessidade, que aos Frades Prégadores se offerecem em cousas tocantes ao ministério Episcopal, seja vossa Senhoria servido executallo, porque para os tais lhe damos licença.

Em Lisboa nove de Fevereiro. Portanto em virtude destas letras desejando nós satisfazer ao dito Senhor Rey, fomos ao sitio acima declarado e assentamos a primeyra pedra pera se proseguir a obra do dito Convento que se determinava fazer. E este passamos em Santarem aos 26 de Março anno do Senhor de 1242.»

(4) Um dos arcos onde estão hoje colocados os túmulos.

(5) Nome que provinha do facto de «entrarem por ella os Religiosos quando saem do Refeitorio e vão juntos ao coro dar graças ao Senhor pello pão cotidiano.»

A primitiva construção do templo

Escasseiam por completo os dados seguros, documentais, que nos conduzam a uma ideia, pálida sequer, sobre o traçado primitivo do templo de S. Domingos. Dele nos fala, é certo, o minucioso cronista da Ordem; mas sabido é que Frei Luís de Sousa, escrevendo em 1623, não nos poderia fazer com exactidão um relato da traça arquitectónica e ornamental do edifício, tal a conceberam e ergueram os artífices de duzentos. Fábrica sumptuosa? De modo algum — e nisto exagera o cronista quando nos diz que era *fábrica famosa* — dado o pouco tempo, dez anos, que ela levou a erguer.

D. Afonso, doando ao convento as terras circunvizinhas, teria em mente garantir-lhe o futuro desafogo do templo e o possível e digno enquadramento arquitectónico? Ou, muito simplesmente, como nos diz Frei Luís de Sousa, para «ficarem os religiosos livres da perturbação dos vizinhos?

★

Vejamos, guiados por mão de mestre, qual a topografia de todo esse pedaço de Lisboa nesta primeira metade do século XIII.

Escreve Matos Sequeira (6), amigo e confrade cujos ensinamentos, por seu talento e saber, temos sempre presentes:

«Não é fácil de visionar o que seria o grande logradoiro, ou Rossio de Santa Justa, como se nomeou primitivamente. Das vertentes Orientais e Ocidentais, postos ali como salva de receber águas, primeiro, gente depois, fazia de átrio a Lisboa, a quem a entrava pelo Norte, vindo dos subúrbios moiros ou cristengos, pelos velhos caminhos que o ligavam a Vale de Pereiro, à Picoa, a Alvalade, ao Areeiro, à Areia Gorda, ao Lumiar e a Achelas. A corcova de uma pedreira, entremeada de olival, avançava em direcção ao templo de Santa Justa entre os dois córregos.

Na sua lomba oriental, descaindo para o nascente, talhavam-se já hortas verdejantes que iam até à raiz do Monte do Castelo em terras alegadiças e férteis. Doara-as o grande rei Afonso Henriques aos frades de São Vicente, que arroteavam umas e traziam outras de renda aos que pagavam ainda o «çalaio».

Do lado do poente, subindo pela Cotoubia para os Altos de Pé da Mu, (Moinho de Vento, São Roque, e Praça do Rio de Janeiro), o terreno picado de um ou outro casal caleado à moirisca, formava um fundo de ruralismo pitoresco, e a Pedreira onde se havia de fundar o Mosteiro do Carmo e o Estudo Geral de D. Dinis, mostrava a sua lomba de ervaçais que se prolongava até o planalto onde o sacelo dos mártires do cerco de 1147, erguido pelo Clérigo Raol e a clausura franciscana de Frei Zacarias, punham notas de vida cristã.

Cá em baixo, no baldio, recortavam-se ferragiais e vinhas, arreguengadas para a banda do Sul, e, ao Norte, fumegavam os fornos de tejolo. Os moiros convertidos traziam-nos sempre em trabalhos de cozer a terra argilosa da raiz do Almocábar e dos altos da Cotoubia.

---

(6) *O ROSSIO — Como nasceu e se formou a grande praça de Lisboa.*

Vendia-se ali a erva, bem nascida nos terrenos húmidos do aluvião, frequentemente inundados nas invernias. Dois caminhos, pelo menos, marcavam-se no solo de terra batida, olhada de lameiros. Um levava os lisboetas do Borratém ao subúrbio da Moiraria; outro, cavalgando o rego por uma ponte, talvez de madeira, ia entroncar na estrada a que se chamou Corredoura e que acompanhava a ourela do ribeiro de Andaluces.

O Rossio, como se vê, era apenas o «lumiar», ou «Limiar» dos arrabaldes do Norte de Lisboa.»

Pois foi ali, em terreno escolhido pelo próprio Rei ou alvitrado por Frei Soeiro Gomes, que se soterraram os alicerces para a elevação do primeiro convento dos frades dominicanos na cidade de Lisboa.

Logradoiro vastíssimo, ubérrimo de vegetação pela humidade do solo — excelência do terreno que, por vezes, erguido o mosteiro, ocasionaria dramáticas catástrofes pela abundância extrema das águas — todo este plaino de olivedos e ferragiais serpenteando entre barrancos e pedreiras, foi chão do nascente Mosteiro de S. Domingos, nome que, para sempre, se ligou à própria história da cidade.

Um templo mais no xadrez de conventos, igrejas e ermidas que era já então Lisboa?

Não. S. Domingos não ficou sòmente um templo, como tantos outros da cidade. O seu nome persistiu na toponímica referenciação do burgo; como uma das principais designações do «sítio», quase do bairro.

Embora situado paredes meias do secular e histórico Rossio, nunca foi por este abafado na sua importância de nomenclatura local. De verdade, nunca o rodar dos séculos confundiu, na natural e simplista designação toponímica, a Baixa, o Rossio, S. Domingos.

★

S. Domingos marcou de facto uma etapa decisiva nos primeiros tentames de expansão da urbe para além da escarpa do Castelo. Construído o Mosteiro, ampliado poucos anos depois, por todo esse agro de almuinhas, atafonas e vinhedos, terras férteis de semeadura, ou simples baldios, começaram a surgir as primeiras edificações extramuros. Dobrados uns anos mais, todo esse «grande e espaçoso arrabalde» — no dizer de Fernão Lopes — começava a ganhar foros de núcleo populacional. Lisboa alargava-se, extravasava-se para além da sua apertada cinta de muralhas.

★

Não foi D. Sancho generoso na concessão aos fundadores do Mosteiro de terrenos pertencentes à coroa — como se infere da leitura da

história dominicana, «nem esmola perpetua sequer pera reparo do edeficio».

Erguida, porém, a Igreja, D. Afonso III dotou o Mosteiro de larga superfície de terrenos, que se estendiam até às futuras portas de Santo Antão, para, segundo o dizer de Frei Luís de Sousa, «ficarem os religiosos livres da perturbação de vizinhos».

Não coincidem, porém, as confrontações dadas por Frei Luís de Sousa com as que por nós foram verificadas num dos códices arquivados na Torre do Tombo. «Frei Luís de Sousa — diz-nos Matos Sequeira — seguiu a tradição claustral dando como do convento todo o logradouro que se estendia da Betesga à rua por detrás de São Domingos e do Poço do Borratém até ao Rossio.

O documento por nós compulsado desvenda-nos que o Mosteiro tinha então — Agosto de 1466 — «um chão com uma pedreira que topa com o muro do concelho e em fundo com o adro do dito Mosteiro e vai todo de largo des o muro descontra Santo Antão aos canos da porta de São Vicente *(no qual chão com uma pedreira estavão dous olivais)*».

Este códice alude ainda a uma sentença havida contra Catarina Lourenço Benigna, na qual os dominicanos apresentaram duas escrituras *(uma asselada)* que testemunhavam a confirmação de el-rei D. Dinis do legado feito por seu Pai aos frades pregadores, escrituras estas motivadas por litígio havido naquele reinado entre os frades e um comendador do hospital que se apoderara da barroca e dela extraíra pedra.

Em redor do mosteiro, o desafogado logradouro ia perdendo assim, o seu aspecto campesino. Em chão ainda pertencente aos dominicanos construíra essa tal Catarina Lourenço casas de moradia. A sentença foi-lhe desfavorável, pelo que houve de as abandonar no prazo de nove dias. Outros casais modestos, tugúrios ou solares se foram erguendo. Desde então os aforamentos sucedem-se.

Em 1498 (7) foram emprazadas umas casas no adro a Gil Eanes (mais tarde a Leocádia de Paiva), provando-se na escritura ser ainda do mosteiro «todo o chão desde o hospital até às portas de Santo Antão e aos canos da Mouraria». Mas outros aforamentos haviam sido feitos já (8), localizando essas moradias, soteias ou de andares, no *outeiro* junto das casas do conde de *avrãches* (1491) ou no chão por cima do adro chamado de D. Henrique (9) (1495) ou ainda no adro

---

(7) Documentação existente na Torre do Tombo.

(8) Um deles a Martim Vaz, guitarrista que deu o seu nome a uma das artérias do local (*Sumário* de Cristóvão Rodrigues de Oliveira).

(9) Cristóvão chama-lhe *bairro de dom anrrique*, e outro aforamento de 1611 denomina-o por *chão de dom Henrique quando querem entrar na calçada de Santana*. Este D. Henrique (de Noronha) era irmão do Marquês de Vila Real e cunhado de D. Aleixo de Menezes, aio de D. Sebastião. (O tal *chão de D. Henrique* é hoje parte da travessa de Gaspar Trigo.

de São Payo (?) que *começa do cãto defrõte das casas de Dom Antão ou do Conde dabranches* (10) *e vem para a escada de pedra ao longo do adro.*

O primitivo templo e as suas várias reconstruções

Falecem por completo os informes documentais para o estudo e descrição, embora pálida e sucinta, do primitivo templo erguido por D. Sancho II.

Modestíssimo cenóbio era, decerto, a pautar pela própria construção térrea do convento.

Mas — a pergunta é lógica — terminariam as obras ainda no reinado e desterro do infeliz monarca ou, pelo templo ser de facto assaz modesto, o alterou, ou construiu de novo noutro local, seu Irmão no ano de 1249? A construção ou simples reconstrução do Bolonhês confirmava-a, segundo Frei Luís de Sousa, a lápida aposta numa das portas da igreja, cuja tradução é feita pelo próprio cronista, estilista admirável do nosso idioma:

> O valeroso Afonso dos Reys de Portugal em ordem Quinto, senhor illustre do Condado de Bolonha, que o Reyno de seu Pay restaurou, e alargou, e alimpou de gente roim, e desbaratou seus enemigos, foy o que fundou este templo e acabou com toda a perfeição em espaço de dez anos. Corria o do Senhor de 1249 quando começou a obra, e avia tres que reinava.»

Não há, pois, dúvida alguma que foi D. Afonso III quem mandou erguer o templo de S. Domingos, não decerto imponente e majestoso, mas com a dignidade que o local já então requeria e a própria cidade, alcandorada por ele a capital do Reino, impunha.

Curioso é notar que Frei Luís de Sousa elucida os estudiosos de que, pela leitura da lápida, se poderia inferir ter o Bolonhês não só fundado a Igreja, mas também o convento, e para afirmar que assim não seria estriba-se no próprio testamento do Rei. Mas não era a lápida suficientemente elucidativa? A palavra *Ecclesiae*, nela gravada, não aclara essa dúvida? Deturpada, sim, está a inscrição esculpida no túmulo do Infante D. Afonso, onde se lê terem sido D. Afonso e a Rainha D. Brites que fundaram o *convento*, inscrição esta que substituiu a primitiva, a qual não continha o erro apontado.

*

Como seria, arquitectònicamente, o templo? Dez anos — repetimos — não foram suficientes para uma construção grandiosa, pois

---

(10) Sobre a história do palácio Almada leia-se o estudo do Dr. António Rodrigues Cavalheiro e Luís Pastor de Macedo *O Palácio Almada — Figuras e Episódios da Restauração.*

além de se ter em conta o tempo que então era necessário para trabalhos de fundos alicerces, erguer abóbadas, paredes fortíssimas, lavrar cantarias e acabar retábulos e ornamentos, há a considerar a dificuldade do terreno, onde decerto houve profundos desaterros. «Se o espinhaço do monte, agora chamado de SantAna, acabasse, como actualmente, em frente da igreja de São Domingos — é Matos Sequeira que criteriosamente o elucida — era natural que os dois regos de água se reunissem em frente à fachada lateral do templo, no moderno largo, e eles faziam a sua junção, no século XIV, mais ao sul, sinal de que a fundação do novo mosteiro obrigou os mestres de pedraria e alvenais medievos a afastá-lo do perigo maior das enxurradas, razando a ponta terminal desse promontório, para o situar em terreno de maior segurança».

Não; certamente não seria grandiosa a obra afonsina de S. Domingos, muito embora Frei Luís de Sousa nos fale dessa *magnificência;* hiperbòlicamente o cronista escreveu que D. Afonso III «empreendeo a máquina do templo que hoje vemos, máquina famosa para o tempo presente, quanto mais para o antigo». Exagero, de facto, mais ainda: análise inexacta, pois sòmente muitos anos depois, na reconstrução joanina, o templo sofreu considerável transformação.

Outro ponto bastante confuso, por falta de menção documental, da *História de S. Domingos,* é a data da construção da pequenina ermida de Nossa Senhora da Escada. Opinam alguns cronistas que a sua existência remontava ao reinado de D. Afonso Henriques, ou mesmo a época anterior. Frei Luís de Sousa discorda do asserto e fundamenta-se, com bom senso, na inexistência de qualquer alusão nos próprios documentos que se referem à fundação do templo de S. Domingos, a que a pequena ermida se encostava e sobrepunha.

Nós inclinamo-nos — e nisto há que seguir a tradição — a que de facto existiria já uma pequena capela no local aquando da construção do terceiro Afonso. Santa Maria da Corredoura se chamava então. Com a invocação de Santa Maria da Escada sòmente é citada a partir do reinado de D. Fernando, após a reconstrução operada por Pedro Afonso Mealha, que, então, e isto nos parece lógico, a elevou a andar assente sobre os altares da igreja de São Domingos e com acesso através de alguns degraus, para fugir, decerto, às frequentes inundações (11).

De então até ao ano fatídico de 1755, a história dos dois templos confunde-se: ambos sofreram os malefícios dos sismos, viveram horas altas de regozijo popular, as mesmas visitas régias, viram as mesmas

---

(11) No nosso trabalho «Do Convento de Nossa Senhora de Jesus» damos um resumo da história desta ermida. Pedro Afonso Mealha veador dos ofícios da fazenda de D. Fernanoo era casado com *Moor Annes.* Lê-se nos *Sumários* de Lousada (Documentos para a História da cidade de Lisboa, pág. 261) que este Pedro Afonso se mandou «enterrar na capela que mandou fazer neste mosteiro» (em 1378).

(12) Mais tarde, em 1618, nova invernia inunda todo o convento e templo.

labaredas da fogueira da Inquisição, assistiram a motins e à chacina terrível de 1506.

Quando da visita de Nun'Alvares, escreve Fernão Lopes: «E foi-se (o Condestável) logo ao mosteiro de São Domingos, ouvir missa em Santa Maria da Escada ...» Santa Maria da Escada e São Domingos irmanavam-se, pois fundiam-se em idênticas manifestações de devoção popular e de gente de algo, de reis e de príncipes, de heróis e de mareantes.

Passados uns anos mais sobre as grandes obras afonsinas foi erguida a capela dos Santos Reis Magos (ou de S. Dinis).

Depois ... depois as grandes invernias, todo o arrastar catastrófico de inundações e de cheias: os terríveis temporais de 4 de Janeiro de 1343, de 24 de Outubro de 1348 e de 16 de Setembro de 1488 ([12]).

Decénios volvidos, pensa D. João II na construção de um grande hospital. A ideia, porém, só em 1492 se corporizou. É D. Manuel I — que Lisboa, numa inveterada ingratitude, incompreensìvelmente tem esquecido na exaltação da sua excelsa figura e, mais ainda, na sublimação de uma época sem dúvida a de maior projecção em toda a história lusa — é pois o *Venturoso* que consolida na pedra o pensamento do Príncipe Perfeito.

Na velha cerca do convento e em alguns terrenos limítrofes ergue-se, assim, a sumptuosa fábrica do Hospital Real de Todos-os-Santos, edifício de grande lavor arquitectónico, onde os artífices do Senhor Rei D. Manuel exibiram, uma vez mais, a custosa arte de trabalhar a pedra. Documentos iconográficos mostram-nos a imponente fachada que se elevava frente ao Rossio de Santa Justa e cuja traça era semelhante à da igreja da Golegã, igualmente mandada erguer pelo monarca.

*

Mas voltemos a falar de S. Domingos. Que obras se teriam efectuado ainda em vida de D. Manuel? Uma única informação existe: o relato de Frei Luís de Sousa. Mas este sem valor algum documental e sòmente relacionado com o convento. Incrível é que o douto cronista não tivesse então compulsado os códices manuelinos. Porque estes se perderam nas inundações ou nos sismos? Ou estariam já guardados no *Tombo*, o que é pouco admissível? Certo é, porém, que o autor da *História de S. Domingos* sòmente se refere às obras do convento, que D. Manuel efectuou, acabando assim «a antiguidade da vivenda baixa que a todos dava cuidado».

Quanto a qualquer alteração na igreja no reinado do *Venturoso*, não nos fala Frei Luís de Sousa.

De quando provém, assim, a fachada manuelina que se vê na gravura de Zusarte? Sem dúvida do reinado de D. João III e proveniente da reconstrução imposta após o terremoto de 1531 que, como é sabido, «aloyo e demolio gr^de^ número de cazas».

Na *História de S. Domingos* lê-se:

«As ruinas que ouve então neste convento se deixão entender do grande dano que recebeo a igreja, porque sendo fundada sobre finissimos alicerces com paredes de grossura e fortaleza pera muros de huma cidade, abrirão todas as naves de alto a baixo e ficou o corpo todo tão estroncado e desliado de membros, que por mais delegencias que se fizerão polo fortificar, polo alto com grossas linhas de ferro, e polos lados com escoras de grandes botaréus de cantaria, foy com tudo necessário desfazer despois grande parte della e reedificalla de novo, como se fez pellos annos de 1566 ajudando todos os moradores da cidade a obra que com tanto ardor e vontade, como se tocara a cada hum o bem della.»

Como se verifica, só em 1566, passados 35 anos, se reedificou a igreja. Carência de rendimentos? Decerto. Parcas teriam sido as esmolas provenientes, como era de usança nesses tempos, dos peditórios a favor da reconstrução do templo, recordados que ainda estavam os dias tenebrosos da matança dos judeus e cuja responsabilidade D. Manuel atribuiu aos frades de S. Domingos.

À interferência do então prior, Afonso de Madail, junto do *Piedoso*, se ficaram devendo as obras. D. João III acedeu aos rogos do dominicano, mas impôs que da sua esmola fosse também reedificada a ermida de Santa Maria da Escada.

Um século passou. Novas obras são impostas a S. Domingos. Grandes reparações sòmente? Reedificação? A notícia foi-nos revelada, embora parca em pormenores, pelos *assentos* do *Livro dos Capelães* do arquivo paroquial. Eles nos elucidam da existência de obras na igreja em 1670 e nos anos que se seguiram.

Em 1671 foi nomeado um tesoureiro para arrecadar as esmolas; o mesmo sucedeu quatro anos depois. Em 1679 é finalmente resolvido contraír um empréstimo *para se acabar a obra*, já certamente no fim, pois nesse ano se adquirem castiçais e outros objectos de prata (13).

Data de então todo o exterior da capela-mor e a escada admiràvelmente lançada que dá acesso à tribuna. É de salientar o desenvolvimento arquitectónico da fachada ainda hoje existente, de uma harmonia perfeita de linhas, de feição seiscentista.

---

(13) Em 1688 foi contratado o armador Agostinho Borges para ornamentar a igreja de tudo o que fosse necessário em todas as festas (arquivo paroquial).

Anos antes haviam sido colocados já dois dos sinos no templo. Nas legendas neles inscritas lêem-se as datas de 1648 (14) e de 1649 (15).

★

Não ficaram, no entanto, terminados os trabalhos. Testemunha-o um dos códices ainda existentes no arquivo paroquial e por nós compulsado. Lê-se num dos acórdãos, que foi em 22 de Setembro de 1704, resolvido fazer a tribuna e retábulo da capela-mor para maior *veneração do Santíssimo*, o que já se *intentara em tempos*.

No mês seguinte, a 17, foi firmado um contrato com o mestre pedreiro Manuel Antunes e o entalhador Manuel Roiz de Carvalho para executarem a obra. Um ano depois, a 30 de Outubro, foi assinado um termo para se *tomarem 3.000 cruzados de juro*, a João Rebelo, que os emprestou a 5 por cento, quantia esta necessária para o *acabamento da obra* e o pagamento de dois painéis para a mesma Capela.

Mas outras obras estavam sendo executadas em toda a nave do templo neste dealbar do século XVIII. Destas nos fala o cronista Frei Lucas de Santa Catarina, continuador da obra de Frei Luís de Sousa.

Frei Lucas e peremptório ao escrever, em 1706:

«Agora (o templo) espera pela proporção que lhe dará a indústria e architectura moderna de que já se veem princípios (devido á mesma mão que lhe quiz emendar os defeitos).»

Continuaram, pois, para além de 1706 as obras da nave do templo.

★

Vejamos agora, pelo próprio relato do cronista, como era São Domingos no primeiro decénio de setecentos.

---

(14) Tem a legenda seguinte:

SANTA ◇ MARIA ◇ ORA ◇ PRO ◇ NO ◇ BIS

ANNO ◇ 1648 ◇

Estas informações foram publicadas por J. J. d'Assunção Valdês, no *Boletim da Associação dos Arqueólogos* — 1910 — n.º 1.

(15) Este sino tem a seguinte legenda:

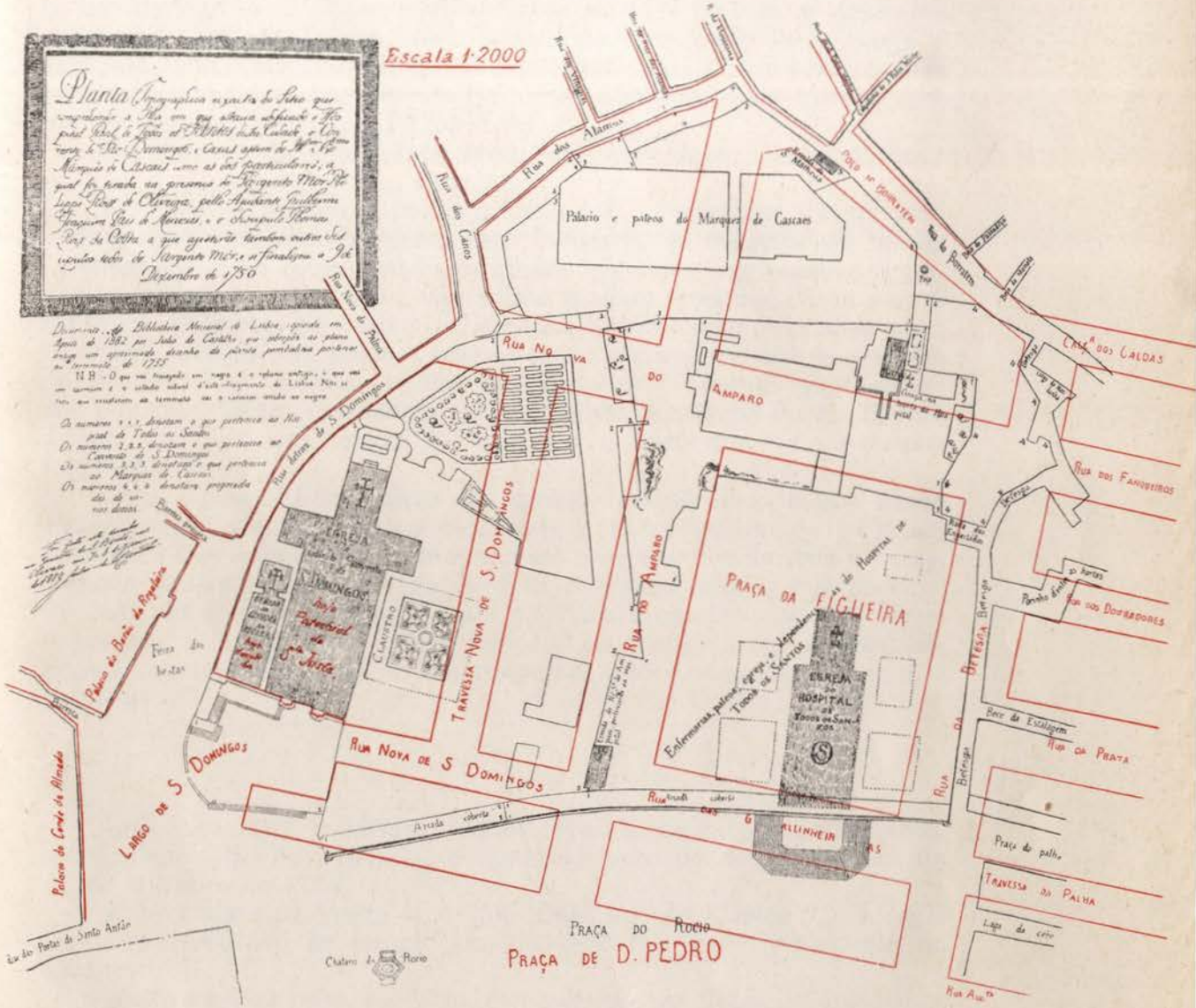
N ◇ S ◇ DOROSARIO ◇ ORA ◇

PRO NOBIS ◇ EM ◇ LX.A ◇ MEFES ◇

MATIAS ◇ ESCARTIM ◇ NO ANNO

◇◇ 1649 ◇◇

Na concavidade do meio tem uma cruz ornamentada com peanha e a imagem de N. S.ª do Rosário.



Local onde se situava a igreja de S. Domingos antes do terremoto (a preto) e na actualidade, 1959 (a vermelho), segundo desenho de Júlio de Castilho

«Na capela mor — já executadas decerto as obras a que fizemos referência — se vê dourado um gande retabulo que lhe mede a altura (é ele primoroso e ela excessiva); cito de boa pintura e douradas molduras e entalhado moderno, vestem de uma e de outra parte o espaçoso campo das paredes que dando lugar sobre elas a seis grandes janelas, sobem a fechar em uma alterosa abóbada, mais vistosa com um gracioso brutesco que a aformosea.»

Os degraus da capela-mor eram de «fino jáspe vermelho (mais duravel e não menos vistosa alcatifa)».

No coro — diz-nos o nosso informador — existiam, de um lado e do outro, «grandes cadeirais bem lavrados, de madeira de bordo, acompanhados de retabulos de entalhado repartido em colunas igualmente lavradas». Em cada vão (vinte e dois) estavam óleos representando os Santos da Ordem. O pavimento era, como o do altar-mor, de jaspe, «tecido com preto e branco em extravagante xadrês, da mão do Mestre Frei Manuel Veloso, deputado do Tribunal de Lisboa». As pinturas foram executadas pelos frades Domingos de S. Tomás, Álvaro de Mesquita, prior do mosteiro e Jerónimo da Assunção, sacristão-mor.

Com estas últimas obras do começo do século, diz-nos ainda Frei Santa Catarina, melhorou-se toda a nave, «assim de torneado de grades que a fechavam, como em uma teia, que devide toda a outra, ficando ambas com a melhora de duas rasgadas janelas que no cabo de cada uma servem de colaterais ao grande espelho que fica sôbre a porta». E acrescenta: «vê-se hoje todo o templo livre, e desembaraçado, sustentando toda a sua maquina, que é magestosa, em oito colunas».

★

Uns anos mais rodaram. Lisboa, vítima secular de cataclismos, sofre, depois do de 1704 ([16]), o abalo violento do terremoto do dia 12 de Outubro de 1724.

É precisamente neste ano que Baptista de Castro ([17]) afirma terem-se efectuado no templo profundas obras que o *reduziram ao moderno.*

Muito embora haja, de facto, coincidência nas datas, não podemos acreditar na informação expendida. As obras a que o autor do *Mapa de Portugal* faz referência são decerto as mesmas ordenadas por Frei António do Sacramento (ele próprio o diz) e de que nos fala o cronista Santa Catarina e foram por nós comprovadas pela documentação paroquial.

([16]) *Lisboa das sete colinas*, obr. cit.

([17]) *Mapa de Portugal.*

Volvidos uns anos mais, recebe o altar-mor grande transformação. Embora não tivéssemos encontrado a fonte documental que nos habilitasse a formular uma ideia sobre a extensão desses trabalhos e a razão por que a capela-mor foi reconstituída alguns anos depois das obras de talha e de pedraria de 1704-1706, o facto é que grandes benefícios foram feitos no reinado do Magnânimo.

Escreve o padre Baptista de Castro: «Ultimamente, 1748, se fabricou a capela mor de Ludovice, concluída pelo célebre Belino de Padua» e elucida-nos ainda ter a obra importado em 100.000 cruzados dos quais D. João V ofereceu 22.000.

O que teria motivado essa reconstrução? Julgamos não errar se a atribuirmos não só ao interesse dos frades pregadores de possuírem no seu templo obra executada pelos grandes artistas da época, mas ainda à vontade do próprio monarca, ansioso sempre por dotar a cidade com obras magnificientes onde o seu nome ficasse ostensivamente perpetuado. Não tinha já D. João V encomendado ao «melhor arquitecto que houvesse em Roma» a capela dedicada ao Espírito Santo e a S. João Baptista, para os padres Jesuítas.

Tudo leva a crer, pois, que D. João V quisesse rememorar o seu nome e a sua época igualmente no templo da Ordem dos Frades Pregadores, como sucederia no dos Frades de S. Roque, se não com o fausto e a opulência da capela de S. João Baptista, mas com a dignidade que a ordem merecia e a situação da Igreja impunha.

*

1 de Novembro de 1755. Como todos os templos de Lisboa, S. Domingos enchera-se de fiéis. O Rossio era já, então, o coração onde pulsava toda a vida da cidade, o cérebro político e espiritual da urbe.

Dia de Todos-os-Santos; toda a população se cruzava e deambulava em redor dos templos, ouvidos os ofícios divinos. Empavonados e domingueiros, homens e mulheres confluíam dos vários pontos da cidade à primeira praça de Lisboa e ao adro de S. Domingos, logradouro onde vinham já cair, como hoje, as artérias que convergiam dos campos de Valverde e da Cotovia; de Santo Antão, de Santa Justa e da Mouraria; e as ruas e vielas da labiríntica cidade baixa, que se estendia do Rossio ao Terreiro do Paço da Ribeira. S. Domingos, adro limitado pelos palácios da Inquisição e dos Almadas, a ermida de Santa Maria da Escada, e as fachadas principais do templo e da portaria do convento, regurgitaria decerto de fiéis, quiçá extasiados pela voz admirável de um dos melhores pregadores da famosa ordem dos dominicanos.

«Aos primeiros impulsos caio o óculo do frontespício do templo, que matou muita gente que vinha saindo» — escreve o padre Baptista de Castro ([18]).

Como a grande maioria dos memorialistas coevos, o autor do *Mapa de Portugal* exagera quanto aos efeitos do terremoto. Provam a afirmação que expendemos os próprios registos de óbitos que sòmente acusam oito mortos «nas ruinas de S. Domingos» ([19]), número este que possìvelmente poderia ser um pouco acrescido se porventura, houvessem falecido outros fiéis que não fossem paroquianos de Santa Justa e, por conseguinte, seus nomes não podem constar dos livros desta freguesia. Mesmo assim a afirmação é nímia e manifesta.

Além do desmoronamento da fachada principal — o que não pode oferecer dúvida, dada a reconstrução total operada depois — diz-nos ainda o Padre Castro que caiu a tribuna da capela do Rosário e a da capela de S. Domingos.

Passados os últimos impulsos do movimento do solo, o oscilar de toda essa mole imensa de pedra, os fortes alicerces e paredes quinhentistas resistiam. Gemidos de pessoas que agonizavam, súplicas, gritos de pavor, o barulho ensurdecedor de correrias desenfreadas, confundiam-se com o estridor violento dos edifícios que ruíam.

Volvidas umas horas, porém, outro mal maior alastrou por todo o edifício. Uma das velas ainda acesas tombou da capela da Senhora da Defensão, e todos os paramentos, cortinados e imagens de madeira se incendiaram. O fogo propagou-se então. A capela-mor, porém, devido talvez à inclinação das labaredas, foi poupada à sua acção devastadora.

Poucas são as informações que até nós chegaram, os dados concretos, precisos, documentais, que no habilitem a elucidar os leitores sobre a verdadeira extensão dos efeitos do sismo de 1755. Além das informações do padre Baptista de Castro, sòmente um *assento* ([20]) paroquial confirma, peremptória e sucintamente, ter *o terremoto do Pr.º de Novembro de 1755 arruinado totalmente a igreja* ([21]). Outras informações, porém, existem, e, muito embora nos não mereçam o necessário crédito, são unânimes em darem o templo desmoronado pelo fogo que não pelos efeitos imediatos do sismo ([22]).

([18]) *Mapa de Portugal.*

([19]) Eusébia, donzela, filha do cirurgião Luís Alves; Bernardina, filha de João Pedro Ramos; Júlia, moça; Maria, escrava; Joana Josefa, viúva; Manuel Gomes Teixeira; Maria Carvalha e Maria Luísa Penha de França (*Livro V de Óbitos*, fls. 111 v. a 127 v., de Santa Justa).

([20]) *Livro Primeiro em que se hão-de lançar sòmente os termos dos acórdãos das definições e Juntas grandes desta Irmandade* (Do Senhor Jesus).

([21]) Referência alguma existe sobre o convento na resposta dada pelo prior de Santa Justa, Alexandre Francisco Ferreira, ao questionário elaborado após o terremoto e enviado a todas as igrejas paroquiais do reino (*Dicionário Geográfico* — Torre do Tombo).

([22]) *Elementos para a história do Município de Lisboa*, vol. XVI, págs. 147 e seguintes; *História Universal dos Terremotos; O Terremoto do 1.º de Novembro*, etc., de Pereira de Sousa; *Gabinete Histórico, vol.* XIII, onde se escreve, sem qualquer fundamento: «Logo depois do terremoto primeiro se começou a ver arder o palacio do marquez de Louriçal, a igreja de S. Domingos, etc. ...»

A reconstrução pombalina

Nesta nublose enervante que envolve quase por completo toda a história do secular templo de S. Domingos, vários são os pontos para os quais não existe a mais leve informação documental. Um deles relaciona-se com o desaparecimento, no incêndio de 1755, dos quadros do pintor Bento Coelho da Silveira. É o mesmo Baptista de Castro que o afirma, no que foi seguido por Gonzaga Pereira (23) e, mais tarde, por Ribeiro Guimarães (24).

Mas não. Frei Lucas de Santa Catarina, coevo do pintor, não o menciona; antes nos dá os nomes dos frades artistas que pintaram os óleos do coro.

E, de dissensão em dissensão, topamos com o ponto mais importante da reconstrução pombalina do templo. Quem foi o arquitecto que delineou e concebeu o projecto para se erguer a nova igreja? Tem-se escrito e ratificado ter sido Carlos Mardel o seu autor. Porquê? Onde está o documento que o comprove? Cremos ter sido Ribeiro Guimarães quem primeiro, no seu *Sumário*, atribuiu o «risco para a restauração da igreja» ao arquitecto Carlos Mardel. Mas donde provém o erro de Ribeiro Guimarães? muito simplesmente da má interpretação de uma frase de Volkmar Machado.

O minucioso memorialista (25), ao traçar a biografia do arquitecto da reconstrução de Lisboa, escreve ter ele feito também o *convento* de S. Domingos; convento e não igreja. Mas numa outra biografia, esta referente ao arquitecto Manuel Caetano de Sousa, é peremptório quando afirma ter sido ele, como arquitecto das Obras Públicas, por morte de Mateus Vicente e de Reinaldo dos Santos, quem *reedificou de novo a igreja de S. Domingos.*

Mas outras informações fornecidas pelos documentos do próprio arquivo paroquial destroem não só a possibilidade de ter sido Mardel o autor do projecto da nova igreja como ainda nos iluminam quanto à data em que essas obras foram levadas a efeito. No *Livro de Receita* da *Irmandade de N. S. da Escada*, onde se registavam, em 1762, os rendimentos da demolida capela (entre eles os dos barcos da Aldeia Galega e das propridades de Almada) lê-se que, nesse ano, os despachos, *já eram* feitos dentro do convento, o que significa que as obras de reconstrução da clausura principiaram antes das do templo, o que vem confirmar Volkmar Machado. E, um outro códice, o *Livro Primeiro em que se hão de lançar somente os termos ou acordãos os das definiçoens e Juntas grandes desta Irmandade* (do Senhor Jesus) lê-se, na primeira página, o seguinte *assento*, com a data de 15 de Agosto de 1763:

---

(23) *Monumentos Sacros de Lisboa.*
(24) *Sumário de Vária História.*
(25) *Memórias*, etc., pág. 193.

«Nosso Irmão Procurador G.ª[1] que não obstante ... como o lamentavel estrago do Terremoto do P.º de Novembro de 1755 arruinou totalmente a d.ª igreja de cuja reedificação se trata, etc ....»

Repare-se bem na frase de *cuja reedificação se trata;* isto em 1763, no mesmo ano em que morre Carlos Mardel.

Outro assento ([26]), já de Setembro de 1774, refere-se à venda da «prata queimada que se achava em barra no cofre e se achou no entulho depois do incêndio ...» ([27])

Sem dúvida que, a existirem já obras em 1763, o frade que escreve no referido livro de *termos e acordãos* o *assento* a que fizemos referência não teriam dito: *de cuja reedificação se trata.*

O verbo *tratar*, embora sinónimo de executar, sem dúvida exprime sòmente o facto dos domínicos estarem, então, a *tratar, promover, formar planos*, ou *ajustar* a reedificação do templo.

Dizer-se, como corre impresso, que a reconstrução pombalina é de 1758, é um erro.

Confirma-se, no entanto, a informação do Padre Baptista de Castro, quanto ao desmoronamento da *torre do sino*. Pela legenda existente num dos sinos da igreja verifica-se que realmente este foi mandado fabricar após o terremoto; a sua data é de 1780 ([28]).

Ribeiro Guimarães, no *Sumário*, em cujo artigo sobre S. Domingos, os memorialistas deste templo têm ido mergulhar a pena para os seus escritos mais ou menos fantasiosos sobre o histórico monumento, convicto de que o plano de reconstrução era de Carlos Mardel, acrescenta que o mesmo era «magestoso, mas a obra ficou incompleta, isto é, remendada de madeira e estuque».

★

E assim era de facto S. Domingos. Templo vastíssimo, imponente mesmo, de uma austeridade sóbria, sem ter, no entanto, a grandeza que a sua ampla nave impunha. A encimar as magníficas colunas de pilastras, vulgares capitéis de madeira, dourados sòmente há uns decénios atrás, traduziam, na sua pobreza arquitectónica ([29]), a modestíssima e prolongada reconstrução oitocentista.

([26]) *Livro de receita da irmandade de N. S.ª da Escada, etc.*

([27]) O resto é ilegível, pois as páginas estão todas manchadas de água.

([28]) É esta a legenda: JOZE DOMINGUES DACOSTA OFES NO ANNO DE 1780.

([29]) Conta Ribeiro Guimarães, *Sumário de Vária História*, vol. IV, pág. 156: «houve um frade maganão que um dia pegou na porta da cela do provincial, que concluira a obra com tanta mesquinhez, este epigramas

Igreja enterrada em lodo
Com colunas de marmore
Capiteis de pau
E cimalha de gesso
... ...

«Terminava, diz, o epigrama com chiste mas por um modo um pouco grosseiro para se escrever.»

O templo e o convento de S. Domingos em 1834
(Desenho de Luís Gonzaga Pereira)

Nos últimos anos, devido ao cuidado e sentido estético e artístico do actual prior, Cónego Correia de Sá (Asseca), S. Domingos tinha melhorado no aspecto interior.

Retirados alguns elementos decorativos de um rococó inverosímil, a teia que lhe diminuíra a vastidão da nave, o templo era, sem dúvida, um dos mais ricos de proporções, e o mais amplo e ostentoso da cidade.

A fachada, simples, mas de linhas nobres e equilibradas, ostenta uma das varandas de balaústre mais belas dos monumentos sacros de Lisboa. Vinda, como as vistosas colunas coríntias que a ladeiam, da Capela Real do Paço da Ribeira, e, assim do risco de Frederico Ludovice?([30]) Há quem o afirme. Nós, porém, não encontrámos qualquer documento que o comprove. O frontão é sobrepujado pelas armas do Reino e da Ordem Dominicana.

As capelas e as históricas irmandades do templo

S. Domingos é, no seu interior, considerada, a par do templo dos Jerónimos, das mais vastas e das mais belas igrejas de Lisboa.

De uma única nave, cónica, híbrida no seu aspecto arquitectónico, modesta em seu acabamento de tecto e capitéis de madeira, possui, no corpo central, quatro altares de cada lado. No cruzeiro outros quatro altares ladeiam o altar-mor.

Durante séculos foram alteradas as invocações dessas capelas. A primeira notícia é-nos dado por Frei Luís de Sousa, que se refere às então existentes: as dos Santos Reis, S. Jorge, das Virtudes, do Senhor Jesus, de Nossa Senhora do Rosário e de Santa Catarina. Situavam-se do lado da Epístola, frente à grande janela, ou tribuna, que se abria para a nave da capela de Nossa Senhora da Escada e, nos lados do altar-mor, as do Cruzeiro. A de Jesus, no «corpo da igreja, no meyo della, e para cujo retabulo a Camara deu em 1548 uma esmola de 30 cruzados;» do Rosário, «na mesma forma de altura, lavor de dourados» da de Jesus; dos Santos Reis Magos, com retábulo mandado fazer e pintar por D. Dinis; capela de S. Jorge ([31]), colateral à capela-mor, da parte do Evangelho; de Santa Catarina, «altar rico de perfeita pintura» e que «tomava todo o topo do cruzeiro da parte da Epístola»; da Virgem Nossa Senhora das Virtudes, no «topo fronteiro».

Depois da profunda reconstrução, no reinado de D. João III, a nave foi por completo alterada, como já referimos. As notícias que até nós chegaram são do começo de setecentos.

([30]) Gonzaga Pereira (*Monumentos Sacros de Lisboa*, pág. 135) escreve: «a porta da igreja de desenho do insigne João Frederico Ludovice.»

([31]) Adiante se falará no culto a S. Jorge.

Frei Lucas de Santa Catarina sòmente acrescenta às capelas mencionadas pelo seu antecessor, como cronista da Ordem, a de S. Tomás (32), invocação que desapareceu mais tarde.

Mais pormenores, porém, nos dá o autor anónimo da *História dos Mosteiros*, etc.(33), que, em referência àquela época (1706?), acusa as seguintes capelas, claro está, de igual lado da Epístola e do Cruzeiro: as mesmas do Senhor Jesus, de Nossa Senhora do Rosário e de Nossa Senhora da Estrela, ou dos Santos Reis, de Santa Catarina e a de São Gonçalo. Do lado do Evangelho fala-nos de outras seis capelas «com seos arcos de pedraria todas baixas, por ficar sobre ellas a igreja chamada vulgarmente de Nossa Senhora da Escada», — capelas estas que, quanto a nós, mais não eram que simples nichos.

Só depois da reconstrução pombalina se elevam em S. Domingos, de um e de outro lado da nave, as capelas tais como até há pouco existiram. Só a sua invocação foi mudando através do tempo.

Existiam, assim, de cada um dos lados da nave, quatro capelas, adornadas de colunas compósitas de mármore negro, mas encimadas, como dissemos, por capitéis de madeira e tendo como fundo, as três primeiras, telas de Pedro Alexandrino.

Do lado da Epístola: Nossa Senhora da Conceição (anteriormente, 1873, do Senhor Jesus); Santa Rita (que foi de Nossa Senhora da Conceição, 1873, e, em 1610, de Pedro Mártir (34), cuja confraria já existia em 1554) (35); Santo António (com a mesma invocação em 1873, mas que em 1706 era consagrada a S. Gonçalo) e de Nossa Senhora de Fátima (em 1873 de S. Vicente Ferrer, cujo retábulo existia ainda).

Do lado do Evangelho: Santa Terezinha (em 1873 de Santa Catarina, com retábulo que se conservou e recordava a secular irmandade já existente em 1554); de S. José (outrora, 1873, de Nossa Senhora da Nazaré); Santa Luzia (de S. Sebastião em 1873, então já com o quadro representando S. Tomás de Aquino, que dava o nome à capela em 1706); e de Nossa Senhora do Rosário, cuja invocação se tem conservado através dos séculos.

O transepto, não muito pronunciado nos seus prolongamentos laterais, era revestido de um tramo de abóbada, igual à restante nave; nela, além das duas capelas dos topos, dedicadas a Santa Cecília e Santo André (cuja confraria já existia em 1554 e pertencia aos flamengos) duas outras capelas, amplas, guarnecidas de colunas de mármore arroxeado que sustentavam dois serafins: a capela do San-

---

(32) Mais tarde de S. Sebastião e depois de Santa Luzia.

(33) *História dos Mosteiros, Conventos e Casas Religiosas de Lisboa*, tomo I, pág. 95, edição da C. M. L.

(34) Foi fundada por Frei Pedro de Magalhães, deputado da Inquisição de Lisboa, que professou no convento de S. Domingos. (*O Conde de Vila Franca e a Inquisição*), pág. 66 — Braamcamp Freire.

(35) *Sumário*, de Cristóvão.

(36) Diz Ribeiro Guimarães que os serafins eram, ainda em 1873, de madeira.

tíssimo (do lado do Evangelho), cuja invocação é já antiga, e a de Nossa Senhora das Dores (Epístola) ainda por acabar em 1873 ([36]), quando tinha a invocação da Senhora das Virtudes ([37]) e nela existia, como até há pouco, também, a imagem do Senhor dos Passos. Anos atrás era consagrada a S. João Baptista.

Foi nesta capela que esteve colocada a histórica imagem de Nossa Senhora da Escada, hoje, felizmente, salva do incêndio por se conservar no nicho aberto no corredor que, do cruzeiro, vai para a sacristia.

*

O altar-mor é, sem dúvida, um dos mais belos de Lisboa e pode-se dizer que era o melhor conjunto arquitectónico e escultural de todo o templo. Tem perspectiva, proporção de linhas, de volumes. Obra do mesmo autor da capela-mor da Sé de Évora, esta, de S. Domingos, se não tão sumptuosa como aquela, constitui no entanto uma bela peça arquitectónica a que as esculturas de João António de Pádua (Beline) emprestavam o indispensável realce e eloquente harmonia.

Talvez em consequência das duas reconstruções efectuadas na primeira metade do século XVIII, há uma acentuada diferenciação, se não de estilo, das duas interpretações arquitectónicas, como o demonstram os próprios tramos da abóbada.

No altar destacam-se, como ainda se pode ver, as admiráveis colunas, de mármore roxo, que sustentam a composição escultórica representativa da Santíssima Trindade. Na base do trono, outra escultura primorosa, de alabastro, que encobria o sacrário, com uma porta de bronze, cinzelada, onde realçava a figura do Bom Pastor.

De cada lado, sobre enormes mísulas, as admiráveis estátuas de Beline de Pádua — S. Domingos e S. Francisco. Ao alto, dois medalhões, representando talvez as próprias efígies de D. João V e de D. Mariana da Áustria.

Ribeiro Guimarães ([38]) escrevia, em 1873:

«O Camarim onde se arma o trono para a exposição do Santíssimo Sacramento, é uma obra de muito mérito, e que é pouco conhecida. O Camarim liga-se com a tribuna do altar-mor, é todo de mármore, de forma, se bem nos lembra, hexágona, com quatro magníficas colunas compósitas, como todas as da igreja, nos ângulos do hexágono e delas saiem uns arcos estriados de mármore vermelho.»

Continua:

«É evidente que Ludovice fazendo o risco do altar mor, completou-o logo com o do camarim, que não era por certo, para nele se colocar o trono de madeira ali fixo, como hoje se vê, mas portátil, porque de outro modo não se

---

([37]) A imagem que ainda se conserva no templo.

([38]) *Sumário de Vária História*, tomo IV, pág. 157

teria feito obra tão perfeita e magnificente e que, não nos consta, tenha igual em algum templo de Lisboa.»

Há, de facto, como muito bem acentua Ribeiro Guimarães, uma flagrante desproporção entre o camarim e o trono. Este só muitos anos depois da obra de Ludovice deve ter sido mandado construir. Uma incógnita mais na enleada história do templo.

Sob o camarim está a casa-forte abobadada da igreja. Resistiu ao terremoto e ao incêndio de 1755 e às labaredas devastadoras de Agosto. Desta casa-forte, onde em 1873 estava o túmulo do infante D. Afonso, se desce para um pequeno compartimento no qual existe uma porta entaipada. Não pudemos, na visita ali efectuada após o incêndio, estudar a razão da existência dessa porta. A água inundava ainda por completo o compartimento. Outro *mistério* mais; mas este, cremos, poderá ser desvendado durante os trabalhos de reconstrução do templo. Passagem para o palácio da Inquisição, para a capela de Nossa Senhora da Escada ?

★

Na sacristia — onde, por feliz iniciativa do Senhor Cónego Asseca, se continuaram a ministrar os ofícios divinos após o incêndio que, como o de 1755, a não atingiu — pouco há a assinalar.

Frei Luís de Sousa e depois o seu continuador Frei Lucas de Santa Catarina, não nos falam da sua existência. Existe, porém, na descrição do autor anónimo da *História dos Mosteiros, etc.*, um passo que nos demonstra ter havido poucas transformações desde 1664, ano em que Luís de Barbuda e Melo a adquiriu para seu jazigo e de sua mulher. Atesta-o a lápida aposta na parede voltada ao sul.

Como hoje, a capela tinha em 1704 (39), «fronteira á porta», uma «capela de pedraria, com suas misolas nos lados e bom frontespício de quartelas sobre o arco, que consta de pedras de varias cores e das mesmas pedras hé o frontal do altar». Tinha, então, «huma perfeyta imagem de Christo crucificado proporcionada ao que pede a capella sobre a qual se vê huma boa janela de que se comunica a luz».

Sobre os arcazes de pau-santo, ainda existentes, tinha, como actualmente, «quadrados da mesma madeira, no meyo dos quais se veem embotidas boas tarjas do mesmo pitiá» e «quatro bons espelhos encayxados na obra de respaldo, pera que, vendo-se nelles os sacerdotes, possam advertir se levam alguma coisa menos composta e decente que hajam de emendar». Do lado esquerdo existiam, porém,

---

(39) Impossível fixar com exactidão o ano em que a *História dos Mosteiros, etc.*, foi escrita, mas certamente, como o demonstra no seu prefácio o ilustre investigador Dr. Durval Pires de Lima, foi entre os anos de 1704 e 1708. Este passo, no entanto, foi escrito em 1704. O próprio autor diz que a sacristia, *de menos de quarenta anos a esta parte se melhorou muito*. As obras de Barbuda de Melo são do ano de 1664, o que dá, de facto, o ano de 1704.

duas grandes janelas (as do lado direito eram fingidas), as quais, com a do fundo, iluminavam toda a sacristia.

Esta foi a grande transformação operada, certamente depois do terremoto. As janelas de que nos fala o memorialista foram entaipadas. Sòmente ficou a da parede do fundo e, a seu lado, mais pequena, foi aberta uma outra.

O pavimento «era de mármore com diversidades na côr». Num dos lados da porta existia já o pequeno arcaz (gavetas em que se guardam os amictos e os missais) que hoje se lá vêem; e no outro o mesmo lavatório de mármore. Também já lá estava, no meio da sacristia, o «bofete de pedra» e junto «hum lugar que serve de sanctuario em que se guarda em depósito um tesouro inestimável de relíquias».

Embora sem alteração da traça arquitectónica da sacristia, e conservando toda a obra de pau-santo, houve, em data que nos não foi possível determinar, mas que julgamos ter sido no final do século XVIII, algumas alterações.

A minuciosa descrição da *História dos Mosteiros* é omissa quanto à existência, então, da lápida (40) e dos brasões de Luís Barbuda de Melo. A existirem já não as acusaria o minucioso memorialista? creve tão pormenorizadamente. Decerto ou foram colocados quando das obras efectuadas nos primeiros anos de setecentos ou, então, com as reparações feitas após o terremoto, teriam sido entaipadas as janelas e desaparecido os «payneis» de pau-santo de cada lado.

No lado oposto a essa lápide está colocada uma outra, com idêntica moldura de pedra, mas com inscrição moderna. É dedicada à «comemoração do XXV aniversário do estabelecimento do *Apostolado da Oração*, na igreja «da paroquialidade do zeloso padre João Damasceno Fiadeiro».

Ao fundo, do lado esquerdo, está a magnífica imagem de Nossa Senhora do Rosário, com a sua credência de mármore.

Os túmulos de S. Domingos

Nem Frei Luís de Sousa, o Cavaleiro Poeta, o Místico Cronista, nem quantos até hoje têm escrito sobre S. Domingos, nos falam de ter este templo guardado, durante uns anos, o túmulo de D. Afonso III. É estranho o facto. No entanto, suficiente é ler Rui de Pina para nos certificarmos de que foi no templo dominicano, pelo *Bolonhês* mandado erguer, que o seu túmulo esteve guardado até à trasladação para Alcobaça.

---

(40) A lápide diz que a escritura foi feita por Domingos de Barros, tabelião do convento, em 1 de Março de 1664.

(41) O outro, um pouco mais pequeno, está sobre a porta fronteira.

Escreve o cronista que D. Afonso «acabou sua vida e deu sua alma a Deus, em idade de setenta anos, dos quas reinou trinta e dois e foi logo soterrado no Mosteiro de São Domingos de Lisboa que ele novamente fez, etc.».

De seu filho, porém (D. Afonso) conservou-se sempre o túmulo nesta igreja.

Grande, de mármore branco, com ricos lavores (42), esteve inicialmente perto do coro. Mais tarde trasladaram as ossadas para um túmulo mais pequeno e colocaram-no «no alto da parede que vai para a sacristia». Já aí estavam em 1735. Informa-o D. António Caetano de Sousa (43), que nos descreve a inscrição (44).

Mais tarde foi retirado para a casa-forte, situada, como dissemos, sob o camarim. Neste local já o viu Ribeiro Guimarães, em 1873. Depois de 1924 (45) foi transferido para a casa contígua à sacristia e, há poucos anos, onde ainda hoje está, para um dos arcos da ala existente do antigo claustro. Para os outros dois arcos foram também há poucos anos transferidos os túmulos de D. Sancha Pires, mulher de João Anes Palhavã, este com estátua jacente, e o que contém as ossadas dos fundadores da capela, Martim Pires Palhavã, sua mulher Di Maria Soares e filha D. Teresa (46). Estes dois túmulos estavam, em 1873 (47), na antiga capela de S. João Baptista, neste ano já (e até há pouco tempo) transformada em arrecadação da igreja.

Dois outros túmulos, porém, se avantajavam àqueles. Estão colocados de um e do outro lado do átrio da sacristia, cujas paredes são revestidas de azulejo. Contêm os ossos de dois dominicanos: Frei João de Vasconcelos (48), grande pregador, e de Frei Luís de Granada, um dos mestres da língua portuguesa.

Escreve Frei Luís de Sousa: «Deu-se lhe sepultura no ante coro, coberto de uma campa de jáspe e entalhada nela a letra que foi escolhida entre muitas que em seu louvor se fizeram, por ser mais conforme com a certeza de suas cousas» (49).

---

(42) Ler a inscrição na *História Genealógica*, tomo I, pág. 120.

(43) Idem.

(44) DO INFANTE D. AFONSO, FILHO DELREY D. AFONSO E DA RAINHA D. BRITES SUA MULHER QUE FUNDARÃO ESTE CONVENTO.

(45) *Guia de Portugal*, Ed. da Bib. Nacional de Lisboa.

(46) Ler as inscrições no *Sumário*, etc. e em *Colectânea Olisiponense*, de J. M. Cordeiro de Sousa.

(47) *Sumário*, etc.

(48) Ler a inscrição na *História de S. Domingos*, tomo IV, pág. 115.

(49) Ler o texto, na sua correcta transcrição, na *História dos Mosteiros*, etc., pág. 488. A inscrição, traduzida por Frei Luís de Sousa, diz:

O Padre Frei Luís de Granada da Ordem dos Prégaores, cuja doutrina foi tal, que por dito do Papa Gregorio décimo tercio maiores milagres obrou, que se Deus alcançara vista para cegos e vida para os mortos, mas muito mais famoso, porque sendo buscado muitas vezes para Bispo, sempre enjeitou a honra; insigne por devoção e amor de Deus, e por caridade com os pobres; tendo alumiado toda a redondeza da terra com diversidade de excelentes livros e sermões. Faleceu em Lisboa com oitenta e quatro anos de sua idade com grande saudade de toda a Republica Cristã, último dia de dezembro e do ano de 1588.»

Uma outra incógnita deste templo: os túmulos do primeiro condestável de Portugal, D. Álvaro Pires de Castro. Quando desapareceram?

Com o terremoto de 1531? Para tal nos inclinávamos, se não fôra ...

Historiemos o que nos dizem D. António Caetano de Sousa e os *Sumários* de Lousada.

No cartório da Sereníssima Casa de Bragança encontrou o autor da *História Genealógica* uma cópia notarial do testamento do irmão da formosa Inês de Castro. É um documento passado, a pedido de D. Rodrigo de Lencastre, pelo Juiz do Civil de Lisboa em 2 de Dezembro de 1589. Nele consta que D. Álvaro determinou que seu corpo fosse «enterrado onrradamente» na igreja de S. Domingos.

Nas costas do documento estava escrito o seguinte:

«Testamento do Conde D. Alvaro pires de Castro, que jaz na Capella de Santa Caterina com dona maria ponce sua mulher e com Dom Pedro seu filho e com dom João seu neto em que se encomenda a seus testamenteiros que fação bem por sua alma e não diz maes estas jazem nos moimentos do cruzeiro, ministrados o duque de bragança e Instituidor desta Capella manda que lhe mantenhão hum Capellão frade que diga cada dia misa.»

Por sua vez Lousada, que nos diz existir então no cartório de S. Domingos o testamento, escreve nos *Sumários*:

No cruzeiro da igreja de S. Domingos de Lixboa, junto do altar em hum moimento de pedra, pequeno, quadrado, está o letreiro seguinte [que] tem no escudo seis arruelas e por timbre huma roda de navalhas com seu paquife bem antigo, que hé o mesmo que estava no sepulcro antigo antes que se tresladassem os ossos para este:

AQUI JAZ DOM ALVARO PIRES DE CASTRO,
PRIMEIRO CONDESTABRE DESTE REYNO E A
CONDESSA DONA MARIA PONCES, SUA MOLHER

Junto a este está outro com as mesmas arruelas na parede; tem por timbre antigo como pega (verei o que decerto hé):

AQUI JAZ DOM PEDRO DE CASTRO, FILHO MAIS
VELHO E SUÇESSOR DE D. ALVARO PIRES DE
CASTRO 1.º CONDESTABRE DESTE REYNO

Defronte está outro junto ao altar com esta letra:

AQUI JAZ D. JOÃO DE CASTRO, FILHO MAIS VELHO
E SUÇESSOR DE D. PEDRO DE CASTRO NETO DE DOM
ALVARO PIRES DE CASTRO 1.º CONDESTABRE DESTE REYNO.»

*

Frei Luís de Sousa não se refere à existência destes túmulos, não obstante mencionar a capela onde eles estavam. E assim escreve:

«He muito bem servida, e com grande cuydado a Serafica Santa Catarina de Sena he Santa da Ordem, e como dizem, da casa. Assi tem sumptuosa Capella, e altar rico de perfeita pintura, em que se lem parte das maravilhas de sua santissima vida.»

E mais adiante:

«Esta capela toma todo o topo do cruzeiro da parte da Epistola.»

Nem uma palavra sobre o fundador da capela e a existência dos túmulos.

Que hipótese, pois, se pode extrair? Cremos que seja esta a única: a inexistência já desses moimentos nas primeiras décadas do século XVII. O terremoto de 1531 destruiu como já aludimos o templo de S. Domingos. Por razões que se desconhecem não foram os túmulos de novo repostos o que teria levado D. Rodrigo de Lencastre a exigir, talvez, dos frades dominicanos, a colocação de novo na capela de Santa Catarina (mais tarde de S. Jacinto) dos túmulos de seus avós. Não teria sido por esta razão que em 1589 foi pedido o documento comprovativo do legado de D. Álvaro de Castro?

Braamcamp Freire que leu o manuscrito de D. António Caetano de Sousa intitulado *Memorias Sepulcrais que existem nos Conventos e Mosteiros*, etc. diz-nos que os túmulos já metidos na parede não foram decerto os primitivos; e discorda de que a roda de navalhas esculpida no segundo túmulo de D. Álvaro pertencesse já a este fidalgo, pois que, na sua opinião, só, mais tarde, os Castros começaram a usar este elemento heráldico.

Mas não teria a roda das navalhas sido colocada na capela, não como timbre dos Castros, mas como emblema da própria Santa patrona do altar?

Esta, outra incógnita da história do velho templo.

Uma coisa é certa: Nele estiveram as ossadas de um dos mais ricos e poderosos senhores do seu tempo, do homem que defendeu Lisboa, como seu alcaide mor, do cerco de 1373 e veio a falecer, embora de morte natural, durante o assédio de 1384.

As Confrarias e Irmandades

Poucas irmandades granjearam durante séculos, na devoção alfacinha, a aura das duas principais confrarias de S. Domingos: do Senhor Jesus e de Nossa Senhora do Rosário.

Longo seria o seu relato, fastidioso o esmiuçar de fastos e de milagres. Tracemos, assim, em pinceladas rápidas o seu bosquejo histórico.

A origem da confraria de Jesus está intimamente ligada à procissão de penitência que, no reinado de D. João I, se fazia à vizinha ermida de Santa Maria da Escada.

Durante uma das crises pestíferas que, de tempos em tempos, sacrificavam a população da capital — o ano é impossível mencioná-lo — acorriam à já histórica ermida inúmeras e repetidas procissões a implorar o amparo da Virgem. «Com a occasião de povo junto tão vizinho, mandavão os Prelados — escreve o douto cronista Frei Luís de Sousa — que ouvesse prégação» em S. Domingos.

No púlpito, a voz eloquente de Frei André Dias, bispo resignado de Mégare.

Cada dia volvido maior multidão de fiéis acorria ao templo para implorar a Jesus o fim da peste. «Acendiase a gente affligida em amor do affligido Jesus e no meyo das mortes acelaradas, caindo aqui huns, ali outros, andava todavia o sagrado nome nas bocas de todos, louvavão-no com paciencia os que morrião, louvavão-no e davão-lhe graças os que ficavão, escrevião-no, pintavão-no.»

Frei André Dias propôs, então, num dos seus entusiásticos e místicos sermões, que se ordenasse uma confraria. E assim se fez. No dia 20 de Novembro de 1432, era um domingo, do alto do seu púlpito, a voz calma e fluente do egrégio sacerdote anuncia o início dessa irmandade.

São Domingos é, desde então, o primeiro templo de Lisboa. De todos os cantos da cidade, homens e mulheres, passados alguns dias, debelada a peste, afluem agradecidos à igreja dominicana. No primeiro do ano seguinte celebra-se no templo uma grande festa a que assiste toda a nobreza. A tradição manteve-se; os séculos rodaram; e não mais deixou o povo de Lisboa de acorrer a S. Domingos no primeiro dia de cada ano.

Entre os poucos documentos que ainda se conservam na igreja está o *Livro de assentos dos Monarcas deste Reino de Portugal e mais pessoas reaes*, onde se pode ler que estes eram *Confrades do Bom Jesus da Igreja do Real Convento de São Domingos desta Corte.*

Este livro é de 1774; nele — porque o *livro antigo da confraria erecta no anno de 1433*, se havia deteriorado (?) — são transcritas as assinaturas das pessoas reais que constavam do outro (50), desde D. Afonso V ao infante D. António e a D. João IV.

---

(50) Rey D. Afonso; Principe seu filho D. João; Infante D. Fernando, seu irmão; El Rey D. Manuel, filho de D. Fernando I.º; D. João III; infante D. João; Infante D. Luís, filho d'El Rei D. Manuel; Infante D. Fernando; D. Leonor, filha d'El Rei D. Duarte; D. Catherina, mulher de El Rei III, em 6 de Março de 1566; Rainha D. Isabel; Princesa D. Leonor, mulher de D. João, filho de el rei D. Afonso (não se compreende este salto na ordem cronológica); D. Maria, filha de D. Manuel, em 6 de Março de 1566; D. Catherina, filha do dito Senhor Rei; D. Joana, filha do dito Senhor Rei; Monsenhor Duque de Borgonha (?), a duqueza D. Isabel, sua mulher e Carlos, seu filho; Titulo da mulher do In.te D. Pedro, com seus filhos; a Inf. D. Izabel, Duquesa de Coimbra; D. Pedro, seu filho, Dona Izabel, sua filha, D. Jaime, seu filho, D. Joana, sua filha, D. João, seu filho, D. Beatriz, sua filha; o Infante Dom Henrique (Sr. Cardeal Rey); D. Sebastião, el-Rey, em 6 de M.ço de 1566; El Rey D. João 4.º, Infante D. António.

É curioso notar a visita feita à igreja em 6 de Março de 1566. D. Catarina, entregue a regência do Reino ao cardeal D. Henrique, continuara no entanto a viver com seu neto. Nesse dia, de 6 de Março, habitando talvez já os Paços dos Estaus (51) assina com D. Sebastião, moço de 12 anos, e a erudita infanta D. Maria, o *Livro de Assentos da Irmandade de Jesus*.

Outro facto a assinalar é a omissão dos três Filipes como reis de Portugal. Porque os não citou o copista que passou os nomes dos monarcas para o segundo livro; ou porque, de facto, os não assinaram ?

Há, assim, um interregno de alguns reinados.

A D. Sebastião segue-se o nome de D. João IV e depois o do infante D. António, certamente (embora por erro de cópia venha a seguir ao *Restaurador*) o Prior do Crato. Vêm depois as assinaturas autógrafas de D. João V e de toda a família real.

Durante os reinados do Magnânimo e de D. José assinaram também o livro as principais figuras da Corte e da Igreja. Lá estão, entre outros, os nomes de toda a família do Marquês de Pombal. E aqui, outro facto curioso a assinalar. Antes destas assinaturas foram feitas as do Conde de Atouguia e de António de Távora, e depois riscadas; a do primeiro tracejada duas vezes e uma delas com a mesma tinta com que se serviram os então poderosos Carvalhos e Melos.

O *Segundo livro da Real Irmandade de Jesus* foi «aberto» em 25 de Março de 1819 e, possìvelmente, enviado pelo Marquês de São Payo ao Brasil, para que nele «apouzessem as suas assinaturas o Rei e toda a familia Real» (52).

★

Retrocedamos uns anos atrás. Em 1744, como se verificou, a irmandade que havia sido extinta foi reformada, como já acontecera em data que se ignora. Em 1756 é «aberto» novo livro, onde consta que foram os *merceeiros das logeas de mercearia e mantimentos que*

---

(51) Dois anos mais tarde habitava D. Catarina com seu neto o palácio, onde se realizou a cerimónia de entrega dos selos do Estado a D. Sebastião.

(52) Lê-se na primeira página:

«A real irmandade do Senhor Jesus e SS.mo Sacramento, em perpétuo ao lado do mesmo Senhor, citta no Real Convento de S. Domingos da cidade de Lisboa, implora a V. Mag.e a graça de lhe retificar as mesmas que os Senhores Reis, deste Reino lhe tinhão concedido; e de ser V. Mag.e o seu Juiz Perpétuo e Protectores os mais Senhores de toda a Real Familia, assim como o forão os Antecessores de V. Real Magestade, e consta do Documento incluzo; sendo o primeiro o Senhor Rei D. Afonso 5.º assim se seguirão todos os mais Senhores Reis, até ao Senhor Rei D. José I de Saudosa Memoria; e persuadida a dita Irmandade do Magnanimo Coração de V. Mag., parecendo-lhe justo a sua suplica remetem a V. Mag. este livro para terem o Brazão de V. Mag. lhe firmar seu Augustissimo nome, bem como toda a Real Familia, por ser este uzo que os mais senhores Reis fizerão no Livro primeiro da mesma irmandade e assim o esperão das christans virtudes que adornão o Augustissimo Coração de V. Mag. de quem esperão.»

Seguem depois os autógrafos do Rei D. João VI; Rainha D. Carlota Joaquina de Bourbon; Príncipe Real D. Pedro; Princesa Real D. Maria Leopoldina; I. D. Miguel; Princesa D. Maria Teresa; Infanta D. Isabel Maria; Infanta D. Maria da Assunção; Infanta D. Ana de Jesus Maria; Princesa D. Maria Francisca Benedita; Infante D. Sebastião.

a instituiu e reformou de novo, por se ter extinto já duas vezes em tempo que erão irmãos dela e principal nobreza da corte.

*

Outra irmandade de S. Domingos, como a de Jesus, de grande devoção na cidade, foi a de Nossa Senhora do Rosário («repartida em duas, hũa de pessoas honrradas E outra de pretos forros E escravos de Lisboa», como diz Cristóvão R. de Oliveira). Instituída em 1484, o seu altar foi, passados uns anos, quando da peste que assolou a capital, em 1490, um dos que maior número de fiéis atraiu pelos «sucessos maravilhosos obrados em benefício dos seus devotos».

A imagem, então venerada, era, pelo menos em 1706, de prata, assente numa peanha do mesmo metal. E já existiria a imagem, de grandes dimensões, que hoje se venera na sacristia? Julgamos que não; embora setecentista, já deveria ter sido executada depois do terremoto de 1755.

Páginas tristes e fatídicas da história do templo

Teatro dos grandes acontecimentos de Lisboa, testemunha das horas tristes e de exaltação patriótica da Nação, S. Domingos é uma das mais belas iluminuras, um dos principais capítulos da história olisiponiana. Das suas janelas se presenciaram os mais belos e dolorosos espectáculos da cidade, na sua nave as mais impressionantes e magnificentes cerimónias religiosas da corte. Dramas e tragédias, motins e delírios selváticos da arraia miúda; jorros de luzes de dias festivos e labaredas rogais, assassinas ou justiceiras, do Santo Ofício; júbilos e folganças; gritos de pavor e uivos de multidões desvairadas; gargalhadas estridentes, vivas entusiásticos de ardor patriótico — de tudo isto foram testemunhas as seculares pedras de S. Domingos, que os anos iam sobrepondo e substituindo ao sabor de reconstruções sucessivas.

*

São Domingos deixara o seu aspecto aldeão; aqui e além, nos plainos e congostas, começam a alvejar casais; pouco a pouco vai perdendo o primitivo *facies* de descampado hortejo.

A cidade de D. Dinis, o rei que tanto a amou, era já outra; e S. Domingos — o vasto logradouro — ganhara foros da principal praça da urbe, e o seu templo, que sofrera as enxurradas de Janeiro

de 1343, era já então dos mais visitados pelo devoto povo da capital. À sua ilharga, no Rossio de Santa Justa, crepitavam ainda as gargalhadas histriónicas dos bobos do rei cruel e folgazão, os fumos dos lumaréus onde se assavam vacas inteiras, o cheiro acre das abundantes tinas de vinho postas ali para gáudio da populaça em noites de insónia do «doido amante da linda Inês», o rei que, em assomos de loucura, castigava nos outros os seus próprios pecados, mas que o povo acompanhava sorridente, entre descantes e folguedos, aos Paços da Alcáçova.

Pairavam no ar ainda os sons estridentes das trombetas anunciadoras das festas em honra de D. João Afonso Telo; e aqui, neste mesmo templo do Patriarca S. Domingos, fez Afonso Telo sua velada de almas.

No reinado imediato foi o adro dos frades dominicanos palco de um dos principais acontecimentos da história de Lisboa e da Nação.

Lisboa assistia receosa aos costumeiros desvairos do seu monarca, cuja apregoada prudência nos primórdios do seu reinado se transformara em permanentes desmandos. As nossas relações com Castela agravavam-se dia a dia. Ameaças e preparativos de guerra põem a cidade em alvoroço. No adro de S. Domingos a arraia miúda indaga ansiosa, perscruta, sente que algo de importante se passa de norte a sul do País.

Feitas as pazes de Alcoutim, a cidade sossega. No ano seguinte, porém, de novo Lisboa se agita. É o desvairo maior do rei galante e *formoso*. «Sobre uma loucura de conquistador, uma loucura de namorado». Ao povo, bom e generoso, altivo e valente, desta Lisboa, tão sacrificada já pelos erros de uma política nefasta, chegam os primeiros zunzuns do escândalo real. D. Fernando, perdido de amores pela linda e pérfida mulher de João Lourenço da Cunha, abandona conselhos, despreza opiniões.

Os nobres titubeiam, a corte aceita. Mas não o povo desta mui nobre cidade. Os altos interesses da Pátria hão-de sobrelevar as vãs loucuras do régio amante. A decidida e enérgica atitude do Infante D. Dinis, recusando-se a beijar a mão da odiada *Flor da Altura*, mais animou ainda o povo da capital a intervir em tão grave momento da história do Reino. E é pela voz do povo, senhor da razão e da verdadeira consciência da Pátria, que o *Formoso* ouve a mais franca, resoluta e vigorosa condenação contra o casamento já projectado.

A população converge, desvairada, mas firme, ao adro de S. Domingos. Fernão Vasques arenga-lhe palavras de entusiasmo, inflama-lhe coragem. E dali, em alvoroço contínuo, dirige-se aos Paços de a par de S. Martinho. O Rei ouve as palavras ponderadas, mas duras, do alfaiate, então, ali, procurador eleito pela vontade do povo. Hesitante e pusilânime, promete uma resposta no dia imediato, no próprio adro de S. Domingos, o verdadeiro *forum*, tribunal supremo da vontade popular. Lisboa sossega. A palavra do Rei havia sido dada. Manhã cedo, S. Domingos regorgita. O povo aguarda a chegada do

Monarca. Horas passadas alguém traz notícias da partida do *Formoso* e da *barregã*.

O tumulto incendeia-se. Tido por vil intrujão, Fernão Vasques foi preso pelos próprios dezembargadores da corte ali presentes. E não mais Leonor Teles esqueceu, no seu ódio a Lisboa, os «vis traidores» de S. Domingos.

Assim, mais tarde, nesse trágico dia 23 de Fevereiro de 1373, desce sobre Lisboa a onda destruidora das hostes de Castela. Vêm até Valverde. S. Domingos sofre, como toda a cidade, o cerco terrível. Depois, a peste. E nove anos volvidos nova cheia se regista no templo. «Agoas tão crescidas, tão arrebatadas e impetuosas» que saiam «polas portas da igreja com tal força, que arrombarão as paredes de que era cercado o Alpendre.» ([53])

*

Morto D. Fernando, chegado o momento de ser alçada a regente do Reino a pérfida *Flor da Altura*, de novo Lisboa, pela voz dos homens-bons do seu Senado, escreve uma das páginas de magna importância na história de Portugal. E é uma vez mais o histórico templo de S. Domingos que serve de pano-de-fundo ao alto acontecimento de onde nasceria uma nova dinastia.

Impelido o pregão tradicional que anunciaria a nova Rainha D. Beatriz, que o povo alcunhara já de rainha castelhana; assassinado o Conde de Andeiro; lançado ao solo das ameias da Sé o bispo D. Martinho — abandonado o seu corpo às portas de S. Domingos — a ira popular abrandou. D. Leonor Teles estava já em Alenquer e o Mestre de Avis era, pela vontade do povo, o defensor do reino.

Mas urgia que de facto a cidade o proclamasse como tal. Prenúncios de invasão do Reino apressaram os acontecimentos decisivos. «Enquanto Alvaro Gonçalves Camelo e Alvaro Pais iam a caminho de Alenquer falar com Leonor Teles, o povo de Lisboa, reunido no atrio de S. Domingos, resolvia eleger para *Defensor* e *Regedor* do reino o Mestre de Avis» ([54]).

É o triunfo da cidade do Tejo: mais: a glória do seu povo, da arraia-miúda, vivida nesse vasto logradoiro de S. Domingos, onde a voz do Mestre, do alto dos degraus do templo, traduziu bem alto a vontade popular da independência do Reino.

Afastado o cerco imposto à cidade, durante o qual o Rei viera pousar com suas hostes perto do convento dos dominicanos, nos campos de Valverde, de novo volta a funcionar a assembleia popular de S. Domingos. O Mestre quer ouvir os conselhos do bom povo da capital.

([53]) *Hist. de S. Domingos*, obra cit.

([54]) *História de Portugal* (Ed. Portugalense), vol. II, pág. 367.

Mais tarde não esqueceu o Mestre a pequenina ermida que se erguia à ilharga do templo onde havia falado. Mandou-a renovar e, já enfermo, de volta a Lisboa, desejou nela orar e «tomar a benção da Senhora della» (55).

Ali foram também, em horas altas de exaltação pátria, o Infante Santo, antes da infeliz jornada de Tânger; e D. Duarte; e D. Afonso V na véspera da tomada de Arzila; e Nuno Álvares, o místico guerreiro, que na manhã histórica da sua chegada a Lisboa, para se juntar ao Mestre, ouviu missa em S. Domingos, antes de se dirigir aos Paços do Castelo.

Às horas tristes das lutas com Castela, aos sacrifícios da cidade pelas jornadas de África, seguem-se outras de regozijo popular. S. Domingos assiste, face ao seu templo, às imponentes cerimónias do casamento da bela infanta D. Leonor com o Imperador da Alemanha nos novos Paços dos Estáus, erguidos por D. Duarte.

Na menoridade do *Africano* foram de novo o adro e o templo de S. Domingos testemunhas de graves acontecimentos durante o desenrolar das questiúnculas entre os partidários da Rainha D. Leonor de Aragão e as do Infante D. Pedro, inclinando-se a cidade abertamente contra a viúva de el-rei D. Duarte. O Conde de Arraiolos, a seu pedido, tentou «aplacar os ânimos», e lembrou-se — escreve Rui de Pina — de «chamar um Frei Vasco da Alagoa, da Ordem de S. Domingos, ao qual por ser padre de autoridade e de letras e ter boa audácia para dizer», encarregou de pregar no domingo seguinte para «comover o povo à paz e assossego».

Partidário da Rainha, excedeu-se o frade na sua oratória. E uma vez mais a voz do povo se fez ouvir em S. Domingos. É ainda o cronista que nos conta: «Um barbeiro em meia voz e com rosto iroso» incitou os fiéis contra as palavras de Frei Vasco. Foi o rastilho. Uma chuva de doestos, de ameaças e de insultos obrigou o orador a abandonar o púlpito. De momento tudo amainara. Pelo cair da tarde volve a populaça a S. Domingos. E caem de novo os impropérios. Exige-se aos dominicanos a entrega do frade. As portas do convento abrem-se de par em par. O tumulto aumentava. Só mais tarde, com a chegada do Infante, a cidade sossegou. S. Domingos mais uma vez interviera nas decisões da política da Nação.

*

Ia em meio o mês de Setembro de 1488. S. Domingos sofre a inclemência dos primeiros prenúncios do Outono.

---

(55) *História de S. Domingos*, obra cit.

Repentinamente as águas invadem o convento, e «engrossou tanto (o dilúvio) que não foy bastante pera lhe dar evasão a grande madre do cano que corre por detrás do convento» ([36]).

Dez anos volvidos realiza-se no templo solene missa de acção de graças pelo previlégio da isenção de tributos.

Pregou o afamado mestre Braz e assistiu o Arcebispo de Braga, o primaz de Espanhas, os Bispos de Viseu e de Safim.

*

A peste — que tantas vítimas fizera já — recrudescera nos primeiros meses de 1506. Expulsos os judeus, o ódio aumentava porém contra os cristão-novos. O ambiente na capital era tremendo, excitante, sinistro. Ano terrível para a história gloriosa de S. Domingos, vergonha de uma capital, página elegíaca, execranda, da sua crónica.

Por toda a Lisboa sucediam-se as preces e as orações. Pela grande devoção ao templo de S. Domingos, realizou-se no dia 15 de Abril uma solene procissão de penitência da igreja de S. Estêvão à dos frades dominicanos, a que se seguia a celebração de preces. «No altar da capela chamada de Jesus ([37]) — atente-se na descrição autorizada de Herculano — havia naquele tempo um crucifixo, e no lado da imagem do Salvador um pequeno receptáculo, que servia de custódia a uma hóstia consagrada. No excesso de exaltação religiosa houve quem cresse ver aí, e talvez visse, uma luz estranha. Espalhou-se logo voz de milagre».

Durante «os dias seguintes haveria quem afirmasse divisá-lo perfeitamente». No domingo imediato, «celebrados os ofícios divinos, examinava o povo a suposta maravilha, contra cuja autenticidade recresciam suspeitas no espirito de muitos espectadores». Uma voz irrompe, incrédula, a denunciar a razão do aparecimento da estranha luz. É a de um cristão-novo que, assim, acende incautamente o rastilho da maior mortandade de toda a história de Lisboa. A cólera do povo, havia muito opressa, rugiu, tremenda, mortífera, monstruosa. Heresia, Heresia ... os gritos de dois dominicanos incitam a multidão à mais horrível vingança. O *hereje* foi logo assassinado e queimado o seu cadáver.

Horas passadas, S. Domingos é um mar de sangue. Ébrio de revindicta torpe, sangrenta, o povo chacina homens e mulheres, velhos e crianças. Quadro tenebroso, infernal, impossível de descrever. Lisboa era pasto das mais execrandas barbaridades. «A medida que faltavam alfaias que roubar, mulheres que prostituir, sangue que verter, a

---

([36]) *História de S. Domingos*, obra cit.

([37]) *História da origem e Estabelecimento da Inquisição*, vol. 1 pág. 144.

multidão asserenava, e os filhos de S. Domingos, recolhendo-se ao seu antro, iam repousar das fadigas daquele dia».

A justiça do *Venturoso* não se fez esperar, porém.

Presos que foram os dois fanáticos dominicanos, D. Manuel ordenou que o convento fosse encerrado. Frei Luís de Sousa, cronista da Ordem, só ao de leve se refere ao «desastrado caso» e, mesmo assim, a propósito da devoção do rei por Nossa Senhora da Escada. «Mandando (o Rei) — escreve — que no convento de S. Domingos não ficasse nenhum frade, porque nele tivera principio a desordem, logo exceptuara o que tinha a seu cargo a ermida, e esta só ficou».

Foi mais longe ainda a decisão justiceira de D. Manuel.

Pela carta-de-lei de 22 de Maio condenou a própria cidade, inibindo-a dos antigos privilégios. A Casa dos Vinte e Quatro foi dissolvida. Garcia de Resende, cronista do *Venturoso*, não se esqueceu de mencionar o facto nestes versos:

El-Rei teve tanto o mal
A cidade tal fazer
Que o titulo natural
De nobre e sempre leal
Lhe tirou, e fez perder ...

A linda cidade do Tejo não esqueceria tão cedo esses dias de Abril de 1506.

Passados cinco meses — não o diz também Luís de Sousa — D. Manuel mandou restituir o convento aos pregadores, proibindo, no entanto, a entrada dos frades ali residentes na altura da mortandade ([58]).

★

Um quarto de século mais é passado. São Domingos, onde ressoam ainda sinistros os gritos de «*heresia ... heresia* ... morte aos judeus ... morte aos herejes,...» salpicado de sangue de ateus e de inocentes, desmorona-se. O espectro desses dias de Abril de 1506, que muitos recordavam ainda com pavor e repulsa, ruía também na derrocada imensa das seculares paredes do templo dominicano.

Rodam os restantes anos do século XVI. S. Domingos abrira de novo as suas portas aos «moradores da cidade» que ajudaram a sua reconstrução «com tanto ardor e vontade, como se tocara só a cada um o bem dela». Reerguido, vira já, no trágico mês de Maio de 1589, a correria louca dos soldados do conde de Fuentes, que saídos das Portas de Santo Antão, iam atacar, para as bandas de Cotovia, as tropas

([58]) Doc. cit. por Herculano.

inglesas do Senhor Rei D. António. Anos antes, assistira também já à solene entrega ao jovem D. Sebastião dos selos do Estado numa cerimónia realizada «em grande sala de madeira, construida junto do palacio dos Estáus com frente, inteiramente aberta, para o convento de S. Domingos».

Nos seus altares, quantas vezes teria ajoelhado Luís de Camões quando, do seu tugúrio de Santa Ana, ia passar, «por única diversão, as tardes no convento de S. Domingos, em conversação com alguns doutos religiosos da sua familiaridade» (59) e, talvez para leitura de preciosas obras da livraria do mosteiro, uma das mais importantes de Lisboa? (60).

Antes, porém, já Luís de Camões visitava S. Domingos. Numa das suas celas ou nessa mesma livraria quantas vezes o Poeta teria falado com o censor do su poema, o dominicano e qualificador do Santo Ofício, Bartolomeu Ferreira?

★

No alvorecer do século imediato pairam sobre o templo as labaredas de um dos maiores incêndios de Lisboa: da vizinha igreja do Hospital Real de Todos os Santos.

De calamidade em calamidade, rolam de tempos a tempos sobre aquelas paredes sagradas as nuvens negras e os clarões rubros das fogueiras dos autos-de-fé. Na própria nave da igreja, anos mais tarde, o espectáculo continua, de quando em quando.

Hebreus perseguidos, sodomitas, intelectuais, feiticeiros são inquisitorialmente sujeitos *à traça divina inventada por S. Domingos*, no próprio dizer do grande cronista da Ordem.

E tantos foram os julgamentos! (61). Entre eles atentemos na descrição que nos é dada por um memorialista minucioso (62) do que se realizou em domingo, 16 de Fevereiro de 1716:

«... ouve auto de fee em Lisboa para o qual não se fez cadafalço, porque se celebrou dentro da igreja de São Domingos e somente se puserão muitos bancos pelo corpo da igreja em que assim familiares como inquisidores e os senhores hebreos se assistirão e não houve sermão, e se fez com tanta brevidade que entrando para a dita igreja pello meyo dia, sahirão e se recolherão para a Inquisição pellas 4 oras, não houve queimado, serião as pessoas por todas 65

---

(59) Prefácio à edição de *Os Lusíadas*, de 1819 (Paris).

(60) *História dos Mosteiros*, etc., pág. 106; *Bairro Alto*, de Júlio de Castilho, vol. I, pág. 215; Baptista de Castro, *ob. cit.* A livraria foi mais tarde franqueada ao público.

(61) Em S. Domingos realizaram-se, entre outros, os seguintes autos-de-fé: 16-2-1716; 19-6-1718; 10-10-1723; 6-5-1725; 4-11-1742; 21-6-1746; 16-10-1746.
No Rossio realizaram-se também até 1714 os seguintes: 5-91638; 4-4-1666; 8-7-1707; 9-7-1713; 24-10-1714. Anos depois Lisboa assiste, horrorizada, ao auto-de-fé do célebre autor dramático «o Judeu» e, passado o terremoto, ao do infeliz padre Malagrida, em 20-9-1761.

(62) *Lisboa e seu Termo*, vol. II, pág. 98.

pouco mais ou menos e a mayor parte era do Rio de Janeiro entre ellas hião varios homens e mulheres, pretos, ou cabras, et quoque hum homem branco com sua mitra por sertos coloquios que dizem tinha com Satanaz, o qual foi pello Rocio e mais 4 companheiros na terça feira seguinte aparando huas palmadas nas costas que lhas dava serto ministro que, so no campo da Lam monta a cavallo.»

Mas não sòmente aquelas paredes foram testemunhas de gritos lancinantes, de tragédias e de sangue. Horas altas de sã devoção religiosa, momentos de ardor pátrio e de regozijo popular ali as viveram os lisboetas no decorrer des séculos.

Retrocedamos algumas centúrias, à Lisboa quinhentista, à Lisboa que o Senhor Rei D. Manuel tanto enobreceu e aformoseou, *à Lisboa das naus cheias de glória*. Morto o *Venturoso*, a 5 de Dezembro de 1521, levado sobre mansa azêmola, gualdrapada de preto, à igreja de Santa Maria de Belém (a que antecedeu a actual) logo, uns dias depois, a 19, Lisboa assiste à solenidade da aclamação do príncipe seu filho. S. Domingos é o templo escolhido para a grande cerimónia. Imponente em sua opa roçagante de brocados e de arminhos, D. João, montado a cavalo, todo ajaezado a oiro e conduzido pelo infante D. Fernando, atravessa as ruas da cidade entre alas compactas de povo, o mesmo povo que, num silêncio impressionante, não esquecera ainda a morte do grande rei por quem, dois dias antes, carpira na sentida *solenidade do pranto* para a quebra tradicional dos escudos.

Um enorme palanque havia sido construído no alpendre do Mosteiro.

Era imponente, decerto, o aspecto desse já histórico logradoiro.

Em pinceladas rápidas dão-nos alguns cronistas o quadro da cerimónia.

No meio do palanque, para o qual se subia por oito degraus, atapetados de preciosas alcatifas, «erguia-se um pequeno estrado de dois degraus, também alcatifado, com duas cadeiras, uma para o principe, sob o docel de damasco e outra com uma almofada, onde estavam colocados um missal, uma cruz e um papel com a forma do juramento que D. João havia de prestar».

Fujamos, no entanto, à descrição completa da cerimónia, sem dúvida a mais imponente, grandiosa, espectacular de que S. Domingos foi teatro.

Prestando o juramento com todo o ritual esplendoroso da época, recebido o ceptro, D. João deu entrada no templo. Ali o esperava, com os dominicanos, o bispo de Lamego, D. Fernando de Vasconcelos e Meneses, seu capitão-mor. Depois de ter orado no altar de Jesus, ouvido o *Te Deum*, o rei regressa aos Paços que seu Pai mandara construir à babugem do Tejo.

Por toda a cidade o brado repetia-se: *Real, Real, Real, pelo muito alto e muito poderoso príncipe El-Rei D. João o Terceiro.*

S. Domingos vivera um dos momentos mais gloriosos de toda a sua história.

Em 1714 foi neste templo sagrado o bispo de Patara, Frei João.

★

Durante anos S. Domingos foi a principal igreja de Lisboa.

Alcandorada, por vezes, à categoria de Patriarcal, sempre que à Sé era retirada esta função eclesiástica por motivo de obras — e tantas foram — o templo dos frades dominicanos era escolhido para as mais altas cerimónias.

A principal foi, sem dúvida, a procissão do Corpo de Deus, a mais ostentosa, imponente e célebre; e, durante séculos, orgulho da cidade e a sua festa maior.

Por dilatado tempo a tradicional procissão saiu da igreja de S. Domingos. Talvez já em 1592. Mas foi nos fins do século XVIII e na centúria seguinte que esta festa grandiosa, nobre e popular, teve o seu espectacular saímento do templo dominicano, pois daqui saiu de 1722 a 1833 e, depois, de 1857 a 1863.

Mas não sòmente este facto ligou S. Domingos à mais lisboeta de todas as procissões. Não. É que S. Domingos «abrigou», muitos anos, num dos seus altares e depois em casa própria, a principal imagem que era conduzida nesse solene cortejo religioso: a imagem de São Jorge.

Construida em 1241 a igreja de S. Domingos, foi a imagem dos portugueses pelo mártir Santo da Capadócia.

Nada o atesta; mas a tradição, com foros de verosimilhança, nos diz terem os cruzados ingleses, que ficaram nesta cidade depois da conquista, fundado sua irmandade na igreja dos Mártires, coeva, como é sabido, do nosso primeiro Afonso.

Construída, em 1241, a igreja de S. Domingos foi a imagem transferida para um dos seus altares. Há quem o ateste ?

Nanja Frei Luís de Sousa (63). Cronista consciencioso, escreve:

«De certos sabemos, que em tempo del-Rey dom Duarte estava já tão autorizada a Confraria nesta sua Capela de S. Domingos, que elle como filho da Ingresa que era, ordenou que se lhe dissessem nella em cada hum anno do dia da festa de S. Jorge, humas Vésperas solenes e Missa Cantada, etc ...»

A capela, como já referimos, era colateral à capela-mor, do lado do Evangelho e, em 1623, estava a Irmandade «a reformá-la e a ilustrá-la de novo com marmores e pintura e dourados».

---

(63) *Obr. cit.*

(64) Ler o nosso trabalho *A Freguesia de Santa Cruz da Alcáçova*, pág. 38.

(65) *Novo regimento para o governo da Administração da mesa da irmandade do martir S. Jorge* (Arquivo paroquial da igreja de Sta. Cruz do Castelo).

Anexa ao convento, criada por D. João I, a *Casa dos Vinte e Quatro* e incorporada nela como uma das principais *bandeiras* a irmandade de S. Jorge, tinham os mesteres suas casas e hospital e *pousada* do cavalo no qual montava a imagem nos dias de procissão. Depois... Há aqui funda divergência entre os vários cronistas que ao facto se têm referido. Segundo Frei Luís de Sousa, a imagem ainda em 1623 estava em S. Domingos e a sua irmandade promovia obras no altar. Outros historiógrafos e o próprio regimento por nós consultado (64) atestam, no entanto, que quando se construiu o Hospital Real de Todos os Santos a casa da Irmandade transitou para uma das suas varandas — *a que fica à parte do norte, a qual tinha por cima da porta uma inscrição com letra gravada que diziam ser doada por aquele devotíssimo* rei (ainda D. João II, que foi o dador do terreno) (65). Então teria sido — lê-se no documento citado — colocada a imagem na capela-mor da igreja do Hospital e transferida depois para a capela própria que lhe destinou D. Manuel.

É, como se depreende, bastante confuso o tal *Regimento*. Se a imagem então saiu de S. Domingos, só poderia ter sido no reinado de D. Manuel e nunca no de D. João II.

Em 1719, escreve Barbosa Machado (66): «nesse ano, a esse préstito sumptuoso (a procissão), concorreu, já se vê, o S. Jorge, saindo de S. Domingos». Claro está que este passo do historiógrafo não nos prova que a imagem fosse venerada então em S. Domingos; ela teria sido decerto, transportada para ali e, depois, com a solenidade habitual, conduzida para a procissão.

Tudo leva a crer, porém, que só em meados do século XVII a imagem fosse transferida para uma das capelas do Hospital.

Ali esteve até 1750, ano do incêndio que a destruiu quase totalmente. Foi então, provisòriamente (67), até ser exposta na igreja de Santa Cruz do Castelo, recolhida em S. Domingos.

★

Não pròpriamente o templo, mas o desaparecido mosteiro de S. Domingos, a *atenas dominicana*, como lhe chamava Frei Lucas de Santa Catarina, teve na história política da Nação proeminente papel. Nele se reuniram os congressos de um dos estados das Cortes, o eclesiástico (68).

Nas próprias Ordens Afonsinas (69) se lê esta referência, que bem demonstra a escolha do logradouro dominicano para *forum* da cidade: *juntos no alpendre do mosteiro de São Domingos.*

---

(66) *História Crítico Cronológica.*

(67) *Regimento*, cit.

(68) O da nobreza reunia em S. Roque e o do povo em S. Francisco.

(69) Ord. Afonso IV, título 4.

Casamento de El-Rei D. Luís I, com D. Maria Pia de Saboia, na Igreja de S. Domingos

(Óleo de António Manuel da Fonseca, da coleção do Palácio Nacional da Ajuda)

Em 1499, a 7 de Março, ali se realizou o solene juramento ao príncipe D. Miguel, filho del-Rei D. Manuel (70).

Mais tarde, entre outros (71), tiveram suas sessões os eclesiásticos, em 1642, para votarem um subsídio destinado à guerra com Castela e, em 1668, 31 sessões bem agitadas, de Janeiro a Agosto, quando D. Pedro se «arrogou curador da pessoa del-Rei e Governador do Reino» (72).

Estas reuniões efectuavam-se em aposento que para isso particularmente lhes estava reservado (73).

*

Patriarcal, templo da *élite*, mas ao mesmo tempo aristocrático e popular, S. Domingos foi igualmente cenário dos últimos casamentos e baptizados régios e também das mais solenes e imponentes exéquias das postumeiras décadas.

No dia 18 de Maio desse ano de 1853, *mêlée de joies et grandes contrarietés* (74), foi ratificado (75) na ampla nave da igreja de S. Domingos, o casamento de D. Pedro V, o rei nostálgico e inteligente monarca, com a princesa Estefânia de Hohenzollern.

Nuvens pesadas, cinzentas, pairavam ainda sobre a cidade do Tejo. Debelada, embora já, a peste amarela, epidemia terrível que tantas vítimas ocasionou, Lisboa conservava contudo o ar triste desses intermináveis dias de infortúnio.

Mais de luto que de alegria, mais de presságio que de regozijo, foi essa manhã soturna, nublada e elegíaca, carregada de superstições fúnebres, da Primavera de 1658.

Era a própria tristeza ingénita de D. Pedro V, o seu cepticismo inveterado, a nostalgia permanente do seu carácter que alastrava e se propagava à alma hipocondríaca do povo.

E esse mesmo povo, amava-o, como a partir desse dia viria a amar também a nova rainha, piedosa, cândida, pura, como lhe chamou Oliveira Martins.

«Era hora e meia da tarde — escreve o *Jornal Mercantil* — quando S. S. M. M. chegaram ao templo de S. Domingos onde se achava a Camara Municipal de Lisboa com o palio, debaixo do qual os recebeu e conduziu até ao guarda vento».

---

(70) Vol. 249. *Pombalina*, fls. 407 e 408.

(71) Também se reuniram em S. Domingos, em 1439, os procuradores favoráveis ao infante D. Pedro (*Elementos*, ob. cit., vol. VII, pág. 61).

(72) Man. 13, n.º 11, do Imp. de Cortes (Arq. N. da T. do T.).

(73) Idem.

(74) *D. Pedro V e o seu reinado*, de Júlio de Vilhena, vol. I, pág. 343.

(75) O casamento realizou-se no dia 29 de Abril, na Igreja de Sta. Hedwige, em Berlim.

Ali se realizaram as cerimónias que «deviam terminar — lê-se noutro jornal de então, o aguerrido periódico de Rodrigues Sampaio (76) — por ligar os dois augustos personagens por aqueles laços indissolúveis que só a morte pode quebrar».

E tão cedo os quebrou !

Era a primeira vez que D. Pedro V visitava S. Domingos e, segundo a liturgia e por ser então S. Domingos Sé Metropolitana, foi cantada pelo cabido a *Antífona Elegit Deum Dominicum* (77).

*

Menos de um lustro é passado. Os sinos de S. Domingos soam de novo festivamente. A cidade acorre ao velho adro para ver a sua Rainha, havia pouco chegada ao Tejo.

«O templo, armado com singeleza mas sumptuosamente iluminado — descreve um dos jornais de então (78) — apresentava em todo o seu magnificente esplendor a magestade da religião». À volta da nave brilhavam candelabros, de 410 brandões. Na capela uns seis lustres com 96 tochas e, em cada uma das laterais, outros seis «lumes».

À entrada de D. Maria Pia e de D. Luís foi cantada a antífona extraída dos cantares de Salomão. A cerimónia era magnificente. O próprio ambiente da Pátria era já outro. O jovem monarca, bem diferente de seu irmão, era um espírito alegre, comunicativo. Amante de música, ouviu, na cerimónia de S. Domingos, um *Te Deum*, expressamente composto para ele, pelo maestro músico da câmara real Manuel Inocêncio dos Santos e executado por 131 músicos e cantores (79).

Um ano depois voltam D. Luís e D. Maria Pia a S. Domingos. É a cerimónia do baptizado do príncipe real, D. Carlos.

O templo arma-se e ilumina-se de novo. Candelabros e tocheiros, belas grinaldas de flores, tapetes e colgaduras emprestam a S. Domingos o aspecto das grandes cerimónias da corte.

Do lado do Evangelho, no altar-mor, estava armado um grande trono. Na nave, um outro trono «defronte do leito em que havia de

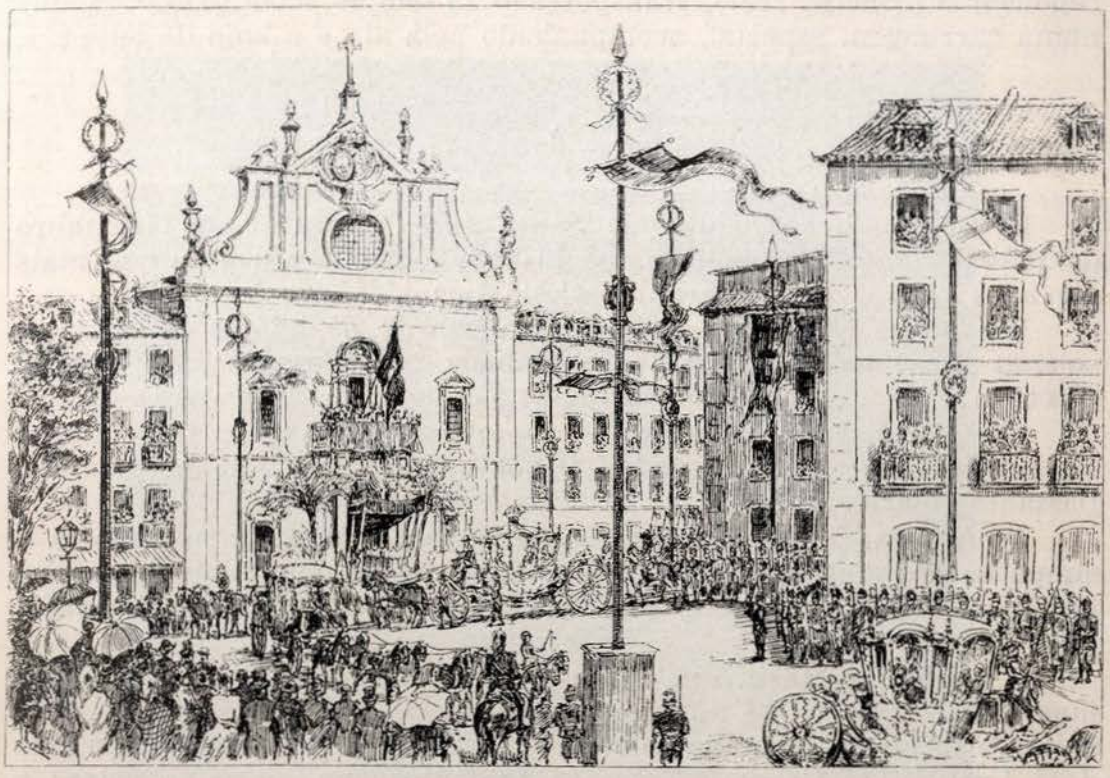
---

(76) *Revolução de Setembro*, de 19 de Maio.

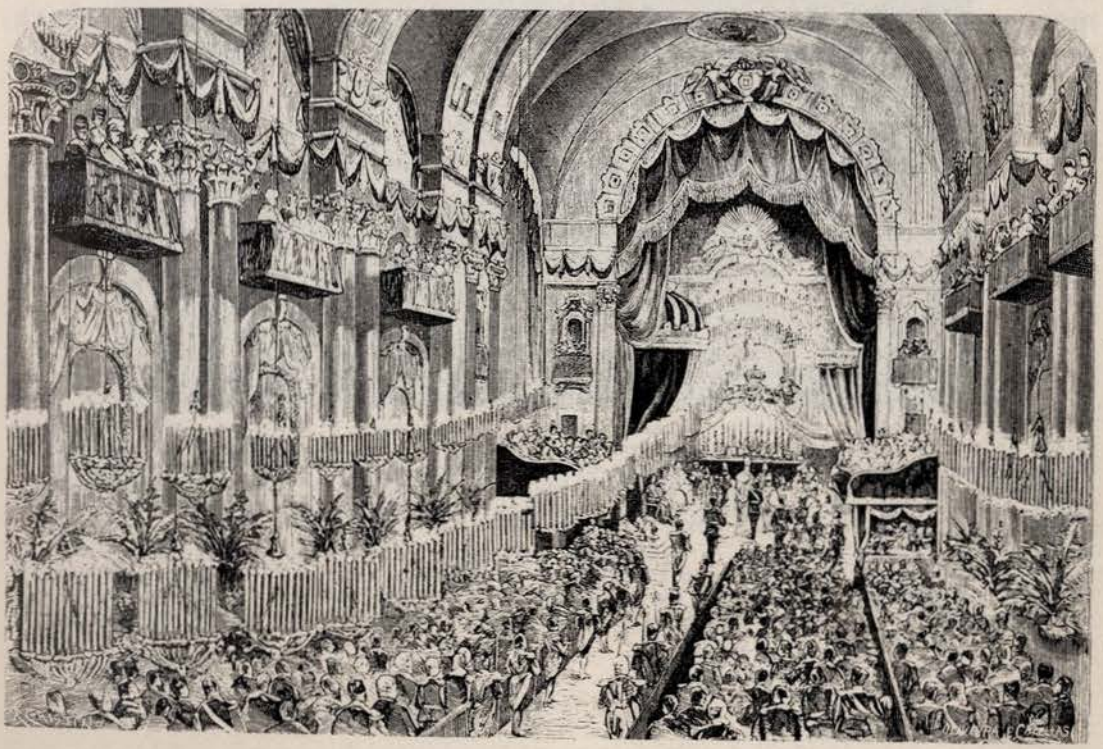
(77) Nesta cerimónia da solene ratificação do casamento serviram riquíssimos paramentos da patriarcal.

(78) *Revolução de Setembro*, de 8 de Outubro de 1862.

(79) 23 sopranos, 13 contraltos, 6 tenores, 14 «bassos», 22 rebecas, 8 violetas, 8 violoncelos, 8 «contrabassos», 2 clarinetes, 2 frautas, 2 oboés, 2 fagotes, 4 trompas, 2 clarins, 3 trombones, 1 oficlide e timbales. O solo foi executado pelo músico da Sé, José Carlos Gazul, e pelas Senhoras D. Emília Adelaide e D. Amélia Augusta Pereira Lisboa. À saída foi tocada a sinfonia da ópera «O Regente».



Dois aspectos da ornamentação de S. Domingos
no dia do casamento de D. Carlos I



repousar o príncipe real», transportado ao templo «com todo o recato» numa carruagem especial, acompanhado pela aia e a ama de leite (80).

★

S. Domingos, paroquial de Santa Justa desde 30 de Novembro de 1834 (81), Sé Metropolitana de Lisboa, continua a usufruir as mais elevadas honras da hierarquia eclesiástica.

Em 30 de Novembro de 1896 realizam-se no templo as exéquias solenes por alma do duque de Saldanha e, passados dez anos, nele se efectuou a penúltima cerimónia régia: o casamento de El-Rei D. Carlos.

Embora discutível, quanto ao aspecto artístico (82), S. Domingos foi profusamente ornamentada. O conjunto era, se não harmonioso, bastante colorido.

D. Amélia, *la plus belle fleur de France*, havia conquistado já a simpatia dos lisboetas; D. Carlos, fardado de major de lanceiros, impunha-se pelo seu porte, pelo seu ar sorridente, pela sua bondade, pela sua inteligência.

A rainha D. Maria Pia, magestosa, vstia uma «toilette» inspirada num quadro célebre de Rubens. O cardeal D. José III presidiu à cerimónia e foram testemunhas o cardeal D. Américo e o grande estadista José Luciano de Castro. Entre os presentes, um jovem príncipe: o futuro rei de Inglaterra, Jorge V.

«Lembro-me da comoção que se apoderou de todos quando a Princesa, cada vez mais linda — conta-nos nas suas *Memórias* a marquesa de Rio Maior — fez com a maior magestade uma mesura perante Suas Magestades pedindo-lhes licença para dizer o *sim*, com Principe D. Carlos a seu lado.»

Foi esta a penúltima cerimónia da corte no histórico templo (83).

A última realizou-se no dia 5 de Maio de 1908. Embora de regozijo pela aclamação de D. Manuel II (e à qual o rei não assistiu) foi um *Te Deum* triste, mais protocolar que festivo, reflexo do ambiente de luto e de dor da Nação pela execranda tragédia do Terreiro do Paço;

---

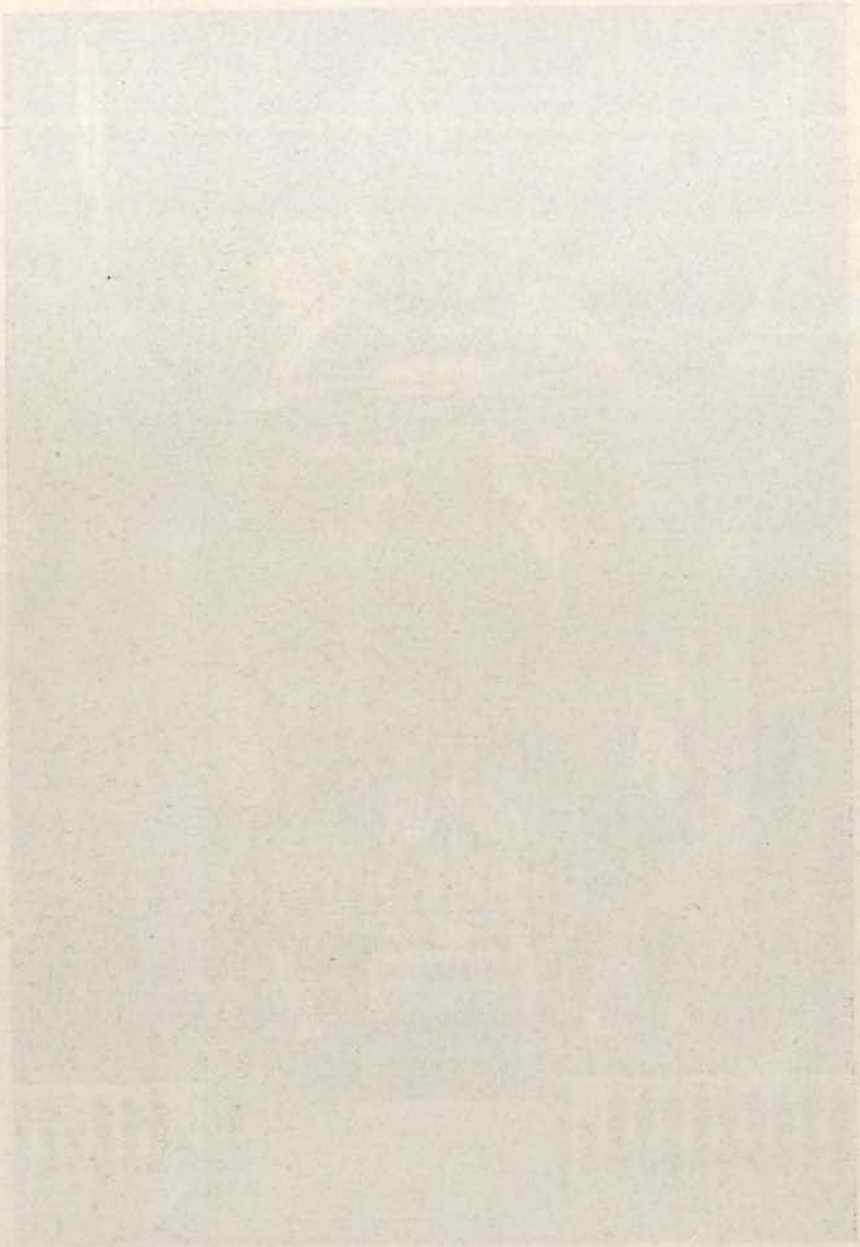
(80) Refere-se o relato da *Revolução de Setembro* a que «o menino chorou por varias vezes». *O Te Deum* era de Julião Travassos, «com entrada de Marcos Portugal».

(81) O convento havia sido já transformado em quartel.

(82) No *Ocidente* (1-6-1886) escrevia Gervásio Lobato: «Sob o ponto de vista artístico, a igreja de S. Domingos deixou muito a desejar; o plano primitivo de ornamentação teve que ser muito e disparatadamente modificado mais tarde, estragando-se assim, prejudicando-se completamente o efeito que concebera o arquitecto ilustre a quem fora encarregado o projecto da ornamentação, saindo por fim um todo desarmonioso, um amalgama defeituoso e incoerente, sem cuidado, sem ideia, sem estilo.»

(83) No dia 17 de Abril de 1907 houve exéquias por alma das vítimas do incêndio da Madalena; em Janeiro do mesmo ano tinha havido outras pelas vítimas da explosão do couraçado brasileiro «Aquidabam». Também no dia 10 de Dezembro de 1909 houve exéquias solenes por alma da duquesa de Palmela, com a assistência da família real, cerimónia onde fez uma brilhante oração o Arcebispo de Évora.

O altar-mor de S. Domingos — obra admirável de Ludovice realçada pelo cinzel de Beline



O sinistro clarão do incêndio ilumina nos seus contornos arquitectónicos a pombalina fachada do templo

A vasta nave da igre reduzida a montões de t ves calcinadas — eis o q ficou do majestoso inter de S. Domingos

Aspecto impressionante do templo, após o incêndio terrível da tarde de 13 de Agosto de 1959

e de presságio, talvez, pela cena sangrenta de 5 de Abril do ano imediato, cena horrível de morticínios, de que S. Domingos foi teatro (84).

Alguns concertos se realizaram também em S. Domingos, nas últimas décadas: desde a Polifonia de Mário Sampaio Ribeiro, com música de autores lisboetas, aos grandes corais sinfónicos dirigidos pelo maestro Ivo Cruz (85). Mas outras grandes festas litúrgicas deram, durante anos, a S. Domingos um renome tal que tornaram este templo o primeiro de Lisboa.

Quem esqueceu já as imponentes festas de sábado de Aleluia, quando a vasta nave era um mar revolto de pombas brancas, os tríduos solenes e as mais belas homílias e sermões dos principais oradores de então ?

S. Domingos é, sem dúvida, um mundo de recordações; secular capítulo da história da cidade em que el-rei D. Sancho II traçou a mais bela capitular na lauda que seu irmão, o terceiro Afonso, escreveria a letras de oiro. E as páginas seguiram-se pelos anos fora. Elegíacas umas, outras flamejantes; páginas de sangue e páginas de glória. Tragédias e galas, dramas sanguinários e prédicas de glorificação; hosanas e gritos de pavor; sismos, inundações, incêndios; horas de luto e horas de regozijo.

Sete séculos vão decorridos. Pela fatalidade do destino ruíram por vezes as paredes do templo; mas outras logo se ergueram. Após a desgraça feliz — o paradoxo é conhecido — do cataclismo do Dia de Todos-os-Santos os técnicos de Pombal traçam uma cidade nova. Toda a zona da parte baixa de Lisboa beneficia de uma transformação quase total. O vetusto edifício do convento dos frades pregadores é sacrificado. Mas S. Domingos, o histórico templo, sete vezes secular, resistiu.

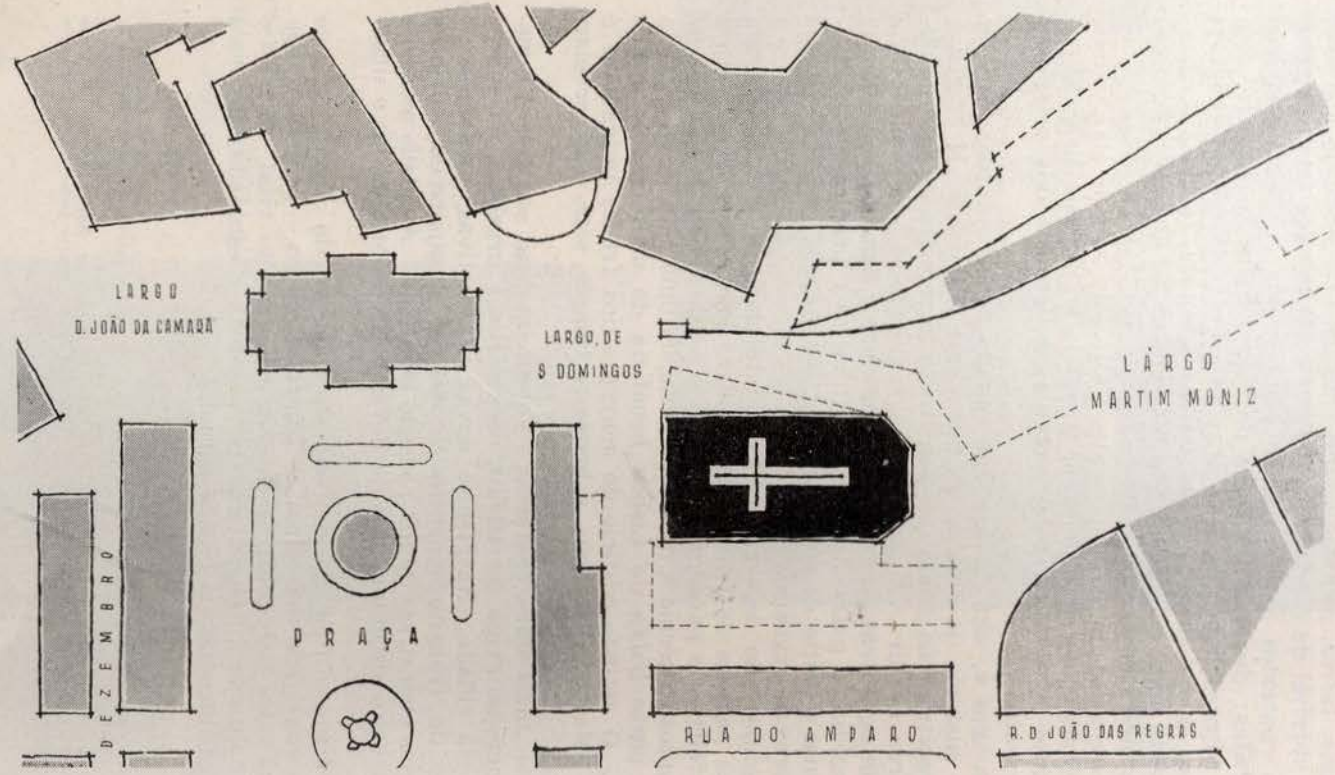
E rodam mais duas centúrias. Velozmente, no seu tropel constante, o progresso exige sacrifícios, necessários e urgentes, no xadrez urbanístico da cidade. Rasgam-se novas perspectivas, imolam-se às necessidades do trânsito recantos pitorescos; desaparecem curiosas teias de ruelas evocativas de um passado longínquo. A cidade moderna surge em ímpetos estimuladores de novas concepções técnicas e urbanísticas.

O problema difícil do descongestionamento da Baixa foi, no decorrer do consulado municipal de Duarte Pacheco — o genial estadista — dos mais debatidos. O Rossio era o ponto vital, *nó górdio* de uma actualização inteligentemente concebida e estudada, das mais importantes exigências da cidade actual.

---

(84) Ler descrição pormenorizada nos jornais da época e, entre outras, na obra *Páginas de sangue*, de Sousa Costa.

(85) Entre outras obras corais executadas as duas *Paixões*, de Bach (segundo S. João e segundo S. Mateus) e o *Requiem*, de Mozart, pela Sociedade Coral Duarte Lobo e pela Orquestra Filarmónica de Lisboa.



Planta do local onde se ergue o templo de S. Domingos. O tracejado indica os prédios que se deveriam demolir para dar ao monumento a grandeza que requer

Sacrificar S. Domingos? Demolir as pedras vetustas do templo dominicano de excepcional grandeza e interesse, orgulho da cidade e monumento da Nação? (58)

Outras soluções se verificaram depois. A velha Rua Nova da Palma vai-se alargando no delineamento de Almirante Reis. Ergue-se já, face à fachada posterior de S. Domingos, um edifício grandioso.

*

13 de Agosto de 1959. Ao cair da tarde Lisboa é bruscamente alarmada com a notícia, que correra célere, como as próprias labaredas: a igreja de S. Domingos estava em chamas.

Vindos de todos os recantos da cidade, acorrem os fiéis devotos do histórico templo. Um clarão imenso agigantava-se sobre os telhados, ruborizando os céus. Poucas horas depois, só as paredes restavam; a fachada, porém, quase imaculada, era já uma afirmação do futuro destino do templo: *ex-libris* das inúmeras e tradicionais recordações históricas de que S. Domingos é, nesta cidade de glórias e tragédias, guardião fiel.

E, nessa hora trágica, não foi decerto indiferente a todos os lisboetas — pois S. Domingos é um templo de toda a Lisboa e, não sòmente, de um bairro, de uma freguesia — o futuro dessa igreja majestosa e nobre, impregnada de múltiplas tradições, igreja, mais do que qualquer outra, da sua prticular devoção. Quantos deles ali casaram ou receberam os sacramentos do baptismo ou da comunhão? Quantos assistiram às mais belas cerimónias da Semana Santa, aos sermões eloquentes da quinta-feira Maior, aos *Te Deum* grandiosos, aos pontificais solenes, às missas do primeiro do ano.

Algo da própria história da cidade as chamas consumiram para sempre nessa destruição quase instantânea.

*

Como em 1755, o cofre-forte, situado sob o altar-mor, resistiu às labaredas, assim como a sacristia e todo o arquivo paroquial.

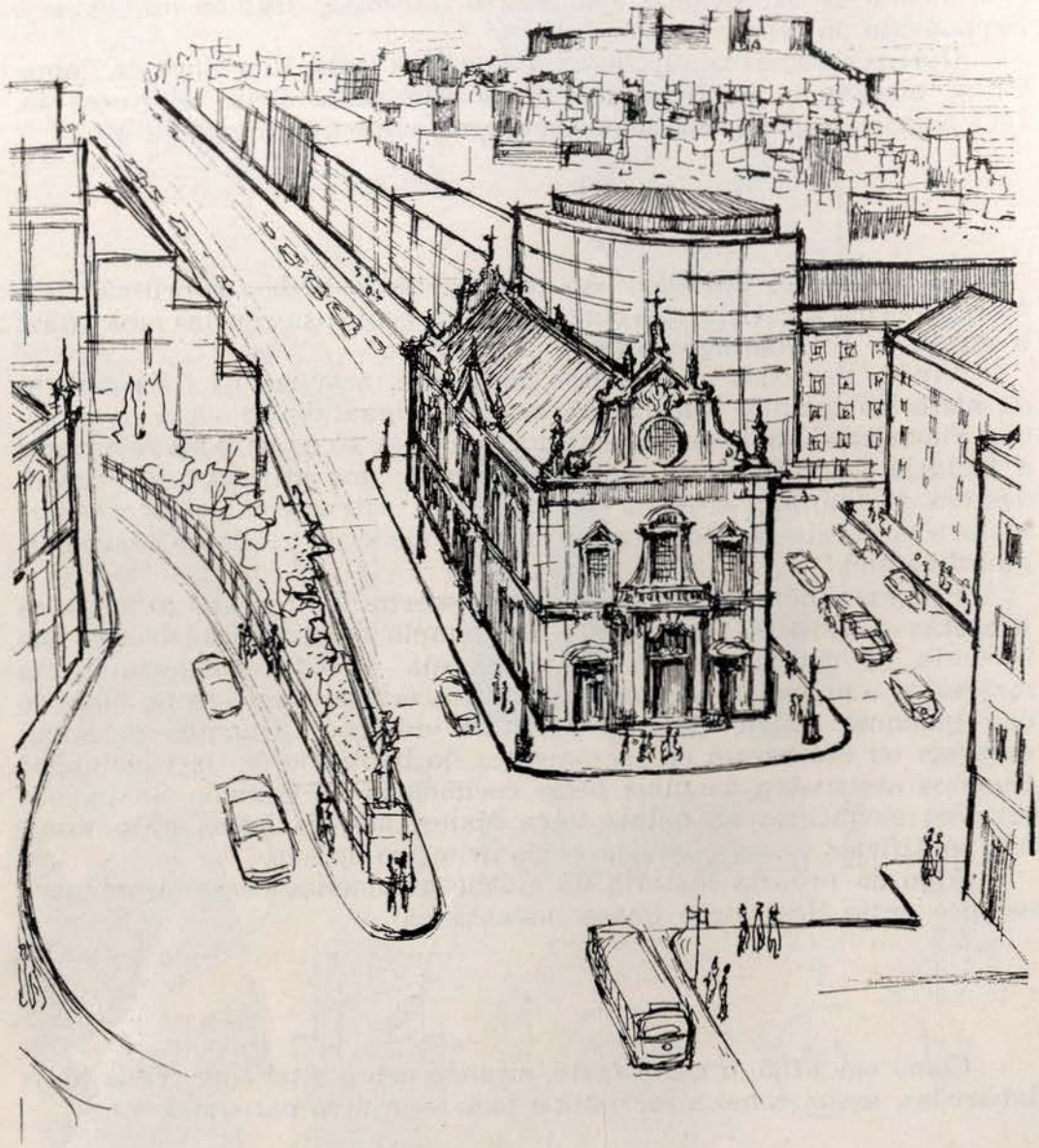
*

Logo no dia imediato os jornais indagavam do futuro do templo.

O plano há uns anos concebido tinha agora a sua imediata viabilidade?

---

(58) Decreto n.º 5046, de 11-XII-1918.



Reconstruída, liberta de prédios que a esmagam, assim deveria ficar a igreja de S. Domingos (Prespectiva de Óscar Pinto Lobo)

Divergem as opiniões, aventam-se hipóteses, discutem-se projectos mais ou menos fantasiosos. A resposta, porém, a definitiva, dada por quem de direito, essa oculta-se ainda.

Reconstruir a igreja que os séculos carregaram de nobres tradições? No mesmo local? Creio que nenhum lisboeta, amante da sua cidade, desejará que, calcinadas pelo fogo, sejam para sempre retiradas do secular logradoiro da urbe aquelas pedras que nos falam do passado histórico da Nação e formam um dos mais belos monumentos da cidade.

Com mais razão ainda que Francisco da Holanda pode-se hoje falar da *fábrica que falece à cidade de Lisboa*. São raros os monumentos. Escassos os padrões que nos evocam o passado da urbe. Poucos nos recordam o nosso período áureo de pioneiro dos descobrimentos e criadores de impérios; a cristianização da velha cidade do Tejo, nos primórdios da nacionalidade.

Conservemos, pois, os que a fatalidade inevitável dos sismos não destruiu totalmente e a mão do homem reergueu numa afirmação lógica do seu valor arquitectónico e sentimental, como padrões civilizadores de uma cidade rica de evocações históricas.

Mantenhamos, pois, nesse mesmo local de fundas tradições na cidade, o venerável monumento. Conservemo-lo, sim, mas liberto dos edifícios que o sufocam e lhe roubam a perspectiva que um bem elaborado estudo urbanístico lhe pode emprestar.

Outros templos sofreram os horrores das labaredas devastadoras — Loreto, S. Julião, S. Francisco, S. Mamede, não falando, claro está, do incêndio maior, o de 1755 — e reconstruídos foram. S. Domingos o será também. Disso estamos seguros.

Lisboa, repetimos, pobre de monumentos, não pode desbaratar, por sujeição a projectos mais ou menos megalómanos, os seus padrões históricos vinculados por séculos de existência à própria história da cidade.

Bem hajam os dirigentes de hoje e a própria população da cidade se nas gerações futuras alguém puder repetir com verdade as palavras de Frei Luís de Sousa, quando se referiu à reconstrução de 1566: Em 1959 se reedificou S. Domingos, *ajudando todos os moradores da cidade à obra com tanto ardor e vontade como se tocara só a cada hum o bem della*.

Na Igreja de S. Domingos, de Lisboa,
nem tudo se perdeu: Salva-se a

IMAGEM DE NOSSA SENHORA DA ESCADA

pelo DR. ROCHA SOUTO

I

RAROS são os edifícios de Lisboa que conservam ainda hoje a mesma localização topográfica, depois de terramoto de 1755.

Entre estes, contam-se o Palácio da Independência, o edifício onde se encontram instaladas a Ordem dos Advogados e a Casa das Beiras, e a igreja conventual de S. Domingos.

Em recuados tempos, existia no Rossio, no lugar onde actualmente se vê a casa de candeeiros que faz esquina do Largo de São Domingos para a Rua de Barros Queirós, uma pequena ermida, construída sobre abóbadas à altura de um primeiro andar, e servida por uma escada exterior, deitando sobre o actual Largo de São Domingos.

A ermida era da invocação de Nossa Senhora da Purificação, mas designava-se, tradicionalmente, quer por Nossa Senhora da Corredoira, quer por Nossa Senhora da Escada, devido à existência da escada de acesso, e à proximidade da chamada Corredoira, artéria correspondente de certo modo à actual Rua das Portas de Santo Antão.

O respeito pelo chão sagrado de Nossa Senhora da Escada era tal que, quando El-Rei D. Afonso III mandou edificar o convento e a igreja de São Domingos de Lisboa, igreja cujo chão coincidia exactamente com o do actual templo, explica D. Rodrigo da Cunha, que foi Bispo de Porta-

legre e do Porto, e depois Arcebispo de Braga e de Lisboa, e que viveu de 1577 a 1643, que El-Rei «antes quis que as Capelas do Evangelho, que respondem ao corpo da Igreja, ficassem debaixo da abóbada que serve de pavimento à Ermida, que tirar a Senhora do lugar que de tantos anos atrás possuía».

É que a referida ermida, certamente por causa das inundações, frequentes no Rossio nos primeiros tempos da Nacionalidade, era como se disse à altura de um primeiro andar, e, assim, as capelas do lado esquerdo da igreja de São Domingos, à altura do pavimento da rua, foram delineadas e construídas no mesmo chão da ermida, por debaixo da abóbada que lhe servia de pavimento.

Mais tarde, já no tempo de D. Fernando, Pedro Afonso Mealha, Vedor da Fazenda de El-Rei, reparou esta ermida, e nela ordenou, por devoção, que o sepultassem por sua morte.

II

Ora, os mais importantes acontecimentos da História Nacional se encontram ligados à veneração de Nossa Senhora da Escada:

Quando, num dos mais graves momentos da vida portuguesa, em Março de 1384, Lisboa foi cercada pelo Rei D. João de Castela, que pretendia o trono por parte de sua mulher D. Beatriz, filha do falecido D. Fernando e de D. Leonor Teles — a situação da capital veio a tornar-se desesperada.

Bloqueada por terra e por mar, abastecidos os castelhanos com reforços vindos livremente de Castela, e com alimentos fornecidos pelas províncias subjugadas ao Norte de Lisboa — a situação da capital torna-se absolutamente insustentável, e só o ânimo do Mestre de Avis mantém a desesperada resistência dos sitiados.

D. Nuno Álvares Pereira antecipa-se ao cerco, dirige-se ao Alentejo, e consegue evitar a queda do Sul de Portugal, vencendo os castelhanos em Atoleiros, perto de Fronteira, em 6 de Abril de 1384, após haver invocado a protecção de Deus e da Virgem, e ter beijado patriòticamente a própria terra portuguesa em que ia decidir-se da vitória.

Alcançando formidável sucesso, D. Nuno Álvares Pereira dirige-se depois a pedido do Mestre de Avis para Lisboa, e, de Palmela, observa surpreendido um formidável incêndio em volta de Lisboa.

Marcha imediatamente, embarca cerca da meia-noite no actual Montijo, e, antes do nascer do Sol, pisa cautelosamente as areias da praia de Lisboa.

O entusiasmo é indescritível.

Uma extraordinária epidemia poupara providencialmente o povo faminto de Lisboa, e atacara o exército e as gentes invasoras de Castela, por tal forma que a própria Rainha, que acompanhava os sitiantes, fora acometida de grave doença, a pontos de El-Rei D. João de Castela se ver compelido a incendiar todo o seu campo por via do contágio, e a retirar apressadamente para o seu país com todas as numerosas tropas ...

Todos esperam em Lisboa o encontro entusiástico de D. Nuno Álvares Pereira com o Mestre de Avis — mas o heróico e vitorioso recém-chegado vai primeiro agradecer a Nossa Senhora da Escada e ali ouvir missa, e só depois abraça o Mestre de Avis no Paço de Lisboa, e se dirige seguidamente ao próprio Palácio Episcopal.

III

No entanto, não desaparecera ainda o perigo de um novo ataque castelhano, e antes se adensava a possibilidade de uma derrota, perante a raiva incontida de D. João de Castela, susceptibilizado no seu orgulho pela resistência indestrutível dos portugueses.

E só Aljubarrota vem a garantir, meses mais tarde, a independência segura de Portugal, e a derrota definitiva dos invasores.

Corria então o mês de Agosto de 1385. D. João, Mestre de Avis, e Defensor do Reino, e D. Nuno Álvares Pereira, Condestável de Portugal, dirigem-se ao encontro do formidável exército dos castelhanos que novamente invadem Portugal pela parte Norte.

E, em Lisboa, todos sentem e receiam o iminente e grave perigo da perda da independência nacional.

Por isso — a própria cidade resolve fazer promessas e votos perpétuos a Nossa Senhora da Escada.

O cronista Duarte Nunes de Leão explica, em 1600, na sua Crónica dos primeiros Reis de Portugal, como «em congregação, varões e religiosos, que na Câmara se ajuntaram, fizeram votos, prometendo a Deus de os guardarem para sempre».

E, num documento antigo, do Município de Lisboa, lê-se, discriminadamente, que «considerando o perigo em que esta cidade e Reino ora

está, que a mesma é cercada por mar e por terra, e o Rei de Castela é dentro em êste Reino, entre o qual soberano e nosso Senhor El-Rei se espera cada um dia batalha, e de tal perigo a misericórdia de Deus é a que sòmente o Reino e a cidade pode livrar, os sobreditos» (Corregedor, Juízes Regedores, Procurador do Concelho, e Procuradores dos homens bons dos mesteres) «... segunda-feira, Véspera de Santa Maria d'Agôsto, depois de comer, que foram 14 de Agôsto da Era de 1423 anos» (ou seja 1385 do nascimento de Cristo), «na Câmara, estando todos juntamente, segundo é costume, acordaram e fizeram estatuto segundo adiante se segue, o qual êles por si e por seus sucessores prometem a Deus de guardar e fazer cumprir ...».

E, assim, prometeram, em honra de Deus e da Virgem, pela salvação da cidade e do Reino, além de outros actos religiosos, três procissões anuais, sendo a segunda no dia dos Apóstolos Sant'Iago e São Filipe — dia em que até então se costumava fazer em Lisboa a festa pagã do mês de Maio, também chamada festa da Maia.

Esta festa passaria agora a fazer-se, segundo promessa perpétua dos representantes da cidade — como se diz no documento — «em honra da Virgem Maria, que é Raínha e Imperatriz dos Céus, e vão a Santa Maria da Escada fazê-la».

E, segundo a Carta-Régia de D. João I que aprovou e desenvolveu as promessas de Lisboa, datada de 3 de Novembro de 1385, «feito dela prometimento a Deus, sendo Véspera de Santa Maria d'Agôsto, logo como saíam das Vésperas na Sé, em aquela hora se começou a batalha entre El-Rei nosso Senhor e aquele que se chama Rei de Castela, e houve dele Victória».

Tratava-se da vitória de Aljubarrota, obtida, como se sabe, em 14 de Agosto de 1385, véspera da Festividade da Assunção de Nossa Senhora, uma das mais importantes e significativas datas da Igreja Católica.

IV

Mais adiante, explica e estabelece ainda a mesma Carta-Régia de D. João I, de 3 de Novembro de 1385, que os referidos magistrados e procuradores «ordenaram e estabeleceram que daqui em diante, em serviço e louvor de Deus, e em honra e louvor de sua Madre Virgem Santa Maria, à qual aprouve que Nosso Senhor El-Rei houvesse tão extremada Victória em Véspera da sua maior e mais solene festa, e à

hora que por todos estes Reinos seus louvores se cantavem, para claramente mostrar que Ela é a principal Coluna e Defensora desta cidade e Reinos em todas as suas preces e atribuições ...» — se fizessem várias cerimónias e procissões, uma das quais na véspera da Festa da Purificação de Santa Maria, procissão que passaria a ir «a Santa Maria da Escada».

Finalmente, estabelecia-se do mesmo modo que, nos dias 12, 13 e 14 de Agosto de cada ano, este último véspera de Santa Maria de Agosto, e dia da vitória de Aljubarrota — haveria mais três procissões, comemorativas da inesquecível vitória dos portugueses em defesa da sua independência, comparecendo todas as pessoas descalças nas duas primeiras procissões, em sinal de humildade, e calçadas na terceira, no dia da vitória de Aljubarrota.

Havia, portanto, procissões a Santa Maria da Escada quer no dia dos Apóstolos Sant'Iago e São Filipe, quer na véspera da Festa da Purificação de Nossa Senhora.

A ermida era como já se disse da invocação de Nossa Senhora da Purificação — e a respectiva festa anual celebra-se por parte da Igreja Católica já desde o ano 542, em que foi introduzida pelo Imperador Justiniano.

Conforme se vê no «Flos Sanctorum» e no «Ano Cristão» — esta festividade celebra-se anualmente a 2 de Fevereiro, e dá-se-lhe também o nome de Candelária, e Festa das Candeias, e a Nossa Senhora a invocação de Nossa Senhora da Purificação, ou Nossa Senhora das Candeias.

Segundo D. Rodrigo da Cunha, Arcebispo de Braga e de Lisboa, que viveu como se disse de 1577 a 1643 — a procissão a Nossa Senhora da Escada fazia-se na tarde do dia 1 de Fevereiro de cada ano, véspera da festividade, conforme refere na sua «*História Eclesiástica*», a este propósito também citada na «*Lisboa Antiga*» por Júlio de Castilho, que todavia supõe ser na véspera do dia 1 de Fevereiro.

E, segundo Frei Luís de Sousa, na I Parte da sua «*História de São Domingos*», parte publicada, como se sabe, em 1623, — com o andar do tempo a procissão da Senhora da Escada veio a mudar-se para o dia 2 de Fevereiro de cada ano, que é a data da festa do orago da ermida, Nossa Senhora da Purificação.

Por sua vez, quanto à promessa da cidade de Lisboa de uma procissão a realizar no «dia de Sant'Iago e de São Filipe», em substituição do culto pagão de origem romana ao mês de Maio, — verifica-se, quer pelo «Flos

Sanctorum» quer pelo «Ano Cristão», que a data da festa conjunta destes Apóstolos era precisamente no dia 1.º de Maio de cada ano.

E, com efeito, também Frei Luís de Sousa refere, na já mencionada I Parte da sua «*História de São Domingos*», que no dia 1.º de Maio de cada ano se fazia, desde o reinado de D. João I, uma procissão a Nossa Senhora da Escada, mas que tal procissão se transferira, com o decorrer dos anos, para o segundo dia do mês de Fevereiro, Festividade de Nossa Senhora das Candeias.

E Júlio de Castilho aponta igualmente que a cidade de Lisboa celebrava no 1.º de Maio a dita procissão a Nossa Senhora da Escada, em acção de graças pela vitória campal de Aljubarrota.

V

A veneração das mais significativas figuras da História de Portugal pela imagem de Santa Maria da Escada foi extraordinária:

D. João I, após um dos mais gloriosos reinados da História Nacional — não quis morrer sem que, já moribundo, e ainda com um último pensamento de gratidão, não fosse despedir-se pessoalmente da imagem de Nossa Senhora da Escada.

E o seu sucessor, D. Duarte, não só lhe reedificou a capela, como ainda lhe deixou rendimento para uma lâmpada perpétua, que iluminasse permanentemente a imagem de Nossa Senhora.

Perante Nossa Senhora da Escada se confessou e comungou o Infante Santo D. Fernando, em Julho de 1437, antes de embarcar para África, onde veio a ficar por toda a vida como refém, pela não entrega da cidade de Ceuta, denominada «Cidade de Deus» pelos portugueses.

E D. Afonso V não quis deixar de ouvir missa perante esta mesma imagem, também na significativa data de 14 de Agosto de 1471, dia comemorativo do aniversário da Batalha de Aljubarrota, pilar da Independência de Portugal no Continente Europeu.

E, sob a poderosa fé da mesma vitória, partiu logo D. Afonso V, com o Príncipe Perfeito, então de 20 anos de idade, à tomada de Arzila — um dos principais esteios da expansão portuguesa no Continente Africano — praça-forte dos árabes, que conseguem efectivamente tomar, após três dias de luta sangrenta, em 24 de Agosto de 1471.

Ali, na própria fortaleza recém-conquistada, e na mesquita transformada em templo católico — foi armado gloriosamente Cavaleiro o Príncipe Perfeito D. João, que aliás já dera sobejas provas de valentia e de combatividade — e que havia de constituir um dos grandes obreiros da expansão e evangelização de Portugal no Além-Mar.

VI

A veneração dos portugueses pela imagem da Nossa Senhora da Escada chegou a ser tão intensa, que um outro autor antigo, Manuel de Faria e Sousa, que viveu de 1590 a 1649, escreveu no seu «*Epítome da História Portuguesa*», na parte relativa à «Europa», que a imagem da Senhora da Purificação «a que chamam da Escada, cêrca do Convento de São Domingos de Lisboa, tem um Menino nos braços, o qual descia dêles para favorecer e regalar a Frei Fernando do Cadaval, Dominicano e Capelão daquela Ermida».

Por aqui se vê, portanto, a grande importância que a ermida e imagem de Nossa Senhora da Escada sempre tiveram na História de Portugal, e nos sentimentos religiosos da Nobreza, do Clero e do Povo de Lisboa — a ponto de D. Afonso III ter considerado sagrado e inalienável o chão de Nossa Senhora da Escada, mandando, como se disse, que as capelas do lado do Evangelho da igreja de São Domingos se construíssem por sob o pavimento daquela pequena ermida, «para não tirar a Senhora do lugar que de tantos anos arás possuía».

A devoção das famílias reais por esta imagem era tal que, fundando a Rainha D. Catarina, filha de Carlos V e viúva de D. João III, em 1572, no reinado de D.Sebastião, um «Colégio de Clérigos», e uma «Cadeira de Casos» — escolheu para sede destas fundações a ermida de Nossa Senhora da Escada, dotou-a com largos rendimentos, e aí estabeleceu que 30 clérigos recebessem doutrinação especial diária, de manhã e de tarde.

Júlio de Castilho, na sua «*Lisboa Antiga*», fornece preciosas informações bibliográficas acerca destas fundações da Rainha D. Catarina, na ermida de Nossa Senhora da Escada.

E Frei Luís de Sousa também se refere ao facto, na sua já citada «*História de São Domingos*» — o que tudo mostra a especial importância, quer patriótica, quer religiosa, da imagem de Nossa Senhora da Escada ou da Corredoira.

E assim se compreende que também Frei Luís de Sousa acrescente, ainda, que o cargo de capelão desta ermida foi sempre atribuído a frades idosos e de virtude qualificada.

VII

Com o rodar insaciável dos anos — foi a ermida extinta, e os seus bens dispersos.

Conforme conta Júlio de Castilho na «*Lisboa Antiga*», as alfaias da ermida, que tinha dois altares, entregaram-se, a título de depósito, à Irmandade do Santíssimo, da igreja de São Domingos.

E, passado tempo, uma outra irmandade pobre as requisitou — sendo-lhe então dadas sem qualquer reserva.

Em 1834 ainda existia a ermida de Nossa Senhora da Escada — mas veio a ser demolida e substituída pelos actuais prédios, aliás com a mesma localização topográfica.

Quanto à escultura de Nossa Senhora da Escada, porém — jamais houve, através de todas as vicissitudes políticas e religiosas, a coragem de a cidade de Lisboa retirar a Veneranda imagem do seu chão sagrado.

E como a igreja de São Domingos era, afinal, uma parte quase integrante do mesmo solo da primitiva ermida — a imagem de Nossa Senhora da Escada ficou, para sempre, na igreja de São Domingos de Lisboa.

Quando Júlio de Castilho escreveu a sua «*Lisboa Antiga*», desejou observar pessoalmente a sagrada imagem, em 9 de Maio de 1886, durante o reinado de D. Luís, o que todavia não conseguiu, devido às obras da igreja, preparatórias para a cerimónia do casamento do Príncipe D. Carlos com a Princesa D. Amélia de Orléans.

Após a sua transferência para a igreja de São Domingos, a imagem fora colocada na capela do Santíssimo, do lado do Evangelho, quase portanto no mesmo lugar da sua colocação tradicional durante séculos, visto que a pequena ermida ficava também do lado esquerdo da igreja de São Domingos.

E todos os anos Nossa Senhora da Escada era transferida para a Capela-Mor, no dia da festividade de Nossa Senhora das Candeias, a qual se celebrava, como se disse, no dia 2 de Fevereiro de cada ano.

E mais recentemente, esquecidos todos estes sucessos ligados à existência da Veneranda Imagem — foi a mesma colocada num pequeno nicho, no corredor da sacristia de São Domingos, por sinal que também numa das partes mais antigas da igreja.

VIII

Durante séculos, Nossa Senhora da Escada escutara as preces e os anseios, mais do que uma grande cidade — de toda uma Nação.

A sua ermida chegara a ser Capela Real, durante o tempo em que os Reis de Portugal habitaram no Paço dos Estaus, cerca do lugar onde se vê hoje o Teatro de D. Maria II, e construído por ordem do Regente D. Pedro — o de Alfarrobeira — durante o reinado de D. Afonso V, pelos anos de 1449.

Perante a imagem de Nossa Senhora da Purificação se ajoelharam as mais venerandas figuras da História de Portugal — desde um D. Nuno Álvares Pereira a um Infante Santo D. Fernando, desde um D. João I, Mestre de Avis e Rei de Portugal, a um D. Afonso V, o Africano ...

Nossa Senhora das Candeias salvara Lisboa do cerco; alcançara a vitória para D. Nuno Álvares Pereira, em Atoleiros; propiciara os desejos de toda uma Nação angustiada em 14 de Agosto de 1385, — e, no próprio dia das promessas da Câmara, Magistrados, Procuradores e Homens-Bons de Lisboa, alcançara para todos os portugueses o favor da vitória inesquecível de Aljubarrota, nessa mesma data de 14 de Agosto de 1385 ...

Recebera Santa Maria da Escada, ainda primeiro que o Mestre de Avis, os votos de comovido agradecimento de D. Nuno Álvares Pereira, ao pisar pela primeira vez a terra de Lisboa, após a vitória de Atoleiros e o levantamento do cerco de D. João de Castela — e assistira aos últimos desejos e emocionante despedida desse grande Rei que foi D. João I de Portugal, e que da imagem se quis propositadamente despedir, já moribundo ...

Viu partir D. Fernando, o Infante Santo, voluntàriamente sacrificado pela não entrega de Ceuta, «cidade de Deus», — e favoreceu os votos e sentimentos patrióticos e religiosos de D. Afonso V, o Africano, na sua expedição militar e religiosa à conquista da Fortaleza de Arzila — também em 14 de Agosto de 1471 ...

E a cidade de Lisboa, embora já quase esquecida de muitas das suas promessas religiosas, jamais retirou a Veneranda Imagem do chão sagrado de São Domingos — exactamente porque aquela imagem de Nossa Senhora da Escada é como que uma parte viva, da História sempre viva e sentida de Lisboa e de Portugal inteiro ...

14 de Agosto de 1385 — promessa solene da Cidade de Lisboa ...

14 de Agosto de 1385 — vitória inolvidável de Aljubarrota ...

14 de Agosto de 1471 — despedida de D. Afonso V, perante a ima-

gem de Nossa Senhora da Escada, à conquista de Arzila ... e formidável vitória dos portugueses, após três dias de luta sangrenta contra os infiéis, em 24 de Agosto de 1471 ...

12, 13, 14 de Agosto de cada ano — procissões solenes prometidas pela cidade de Lisboa, em honra de Deus e de Nossa Senhora, pela extraordinária protecção da conservação da independência de Portugal ...

IX

14 de Agosto de 1959 ...

Por tremenda e inexplicável provação, Lisboa inteira assiste angustiada, durante toda a noite de 13 para 14 de Agosto de 1959, a um dos mais pavorosos incêndios da capital — ao terrível e inesperado incêndio da sua tão querida igreja de São Domingos da Cidade ... onde, pelas referidas circunstâncias, se encontrava a Veneranda e tradicional Imagem de Nossa Senhora da Escada ...

E é de novo o povo de Lisboa, aquela «arraia miúda» mas sempre leal dos tempos de D. João I, o denodado povo da Lisboa de sempre, e os seus Bombeiros que são a própria alma e o próprio espírito de sacrifício de todo um povo — são uns e outros quem ardorosamente, retribuindo com o sacrifício das próprias vidas e os favores recebidos do Céu desde o início da Nacionalidade, procuram a todo o custo salvar a «sua» igreja de São Domingos de Lisboa ...

Bombeiros, populares, guardas e marinheiros — entram no braseiro imenso da igreja, e procuram dominar o extraordinário e pavoroso incêndio.

Derrocada após derrocada, o templo vai sendo impiedosamente reduzido a monstruosos escombros — mas ninguém desanima durante toda uma noite de vigília e de luta, desigual e terrível, do Homem contra o Fogo, da fé de toda uma cidade contra a inesperada destruição.

E o povo de Lisboa mostra-se novamente, por uma permanente e vital circunstância de ancestralidade, aquele mesmo povo forte, religioso, e bom, dos primeiros tempos da Nacionalidade Portuguesa, — de todos os tempos de angústias e dificuldades da própria História de Portugal !

Desmorona-se o coro ... Dois homens, dois bombeiros de Lisboa, perdem gloriosamente as vidas no combate ao incêndio ...

Numerosas pessoas vão sendo sucessivamente atingidas pelos destroços em chamas — e Sua Ex.ª Reverendíssima o Senhor Arcebispo de

Metilene os absolve comovidamente, à passagem das ambulâncias, frente ao Palácio da Independência ...

E assim desponta o dia 14 de Agosto de 1959 — véspera de Santa Maria de Agosto, dia das Promessas da Cidade de Lisboa, e da formidável Batalha de Aljubarrota !...

Da igreja, já quase nada resta ...

Nos altares — já nem imagens existem, carbonizadas pelo violento incêndio ...

Mas o povo de Lisboa resgatou com as próprias vidas as suas promessas a Nossa Senhora — e saiu afinal vitorioso na sua luta contra a destruição.

E ao alvorecer deste dia 14 de Agosto de 1959 — véspera da festa da Assunção de Nossa Senhora, dia das promessas de Lisboa a Nossa Senhora da Escada, dia inolvidável da vitória de Aljubarrota — verifica-se como não foi afinal inútil o sacrifício dos corpos e das vidas dos heróicos defensores do Templo e da Casa de Deus.

Retido pelo esforço hercúleo do povo de Lisboa, o fogo parou, extinguiu-se, e cessou, vencido, a sua obra de inenarrável destruição — exactamente perto do modesto nicho de Nossa Senhora da Escada, cuja imagem assim se salvou, sem o mais leve estrago ou queimadura do incêndio, a pontos de o próprio vidro de protecção do pequeno nicho permanecer intacto ...

A cerca de 7 séculos da sua Promessa, a cerca de 7 séculos da salvação de Lisboa e de Portugal por intercessão de Nossa Senhora ali representada naquela pequena imagem — Lisboa retribuíra sem desfalecimento os favores recebidos do Céu, e salvara com galhardia a preciosa imagem, no mesmo dia em que recebera a mais apreciável de todas as graças de Deus: — a garantia da imorredoura independência de Portugal!

De São Domingos, pois, — nem tudo se perdera ...

ACTIVIDADE CULTURAL

no Trimestre Passado

No domingo 12 de Julho visitaram novamente os «Amigos de Lisboa» o Palácio Fronteira, em S. Domingos de Benfica. Por amável deferência da Ex.ma Sr.a Marquesa de Fronteira, foram visitados todas as dependências do palácio e dos jardins anexos, após

Os «Amigos de Lisboa» na visita ao Palácio Fronteira

Ex.mo consócio Sr. Dr. José Cassiano Neves fez e em que evocou a história do Palácio, da família Fronteira e do local. Esta visita, que reuniu algumas centenas de consócios, mereceu a todos as mais gratas erudita e circunstanciada prelecção preparatória que o nosso

referências pelo ensejo de visitar tão notável imóvel e de ouvir tão abalizado quanto amável e obsequioso cicerone.

A 23 embarcaram a bordo do «Carvalho Araújo» 65 pessoas entre sócios e suas famílias para a visita cultural aos Açores e Madeira. Esta visita solicitada de há muito por numerosos consócios, a que só o restrito número de lugares fornecidos fez serem só 65 os participantes, foi acompanhada pelo signatário e dirigida pelo nosso consócio Ex.mo Sr. Dr. Francisco Félix Machado, que em palestras preliminares, facilidades conseguidas, acompanhamento nas visitas e orientação dos itinerários dedicou toda a sua solicitude e competência em ser amável com os participantes desta visita cultural que, não só visitou todas

Os «Amigos de Lisboa» a bordo do «Carvalho Araujo»

as ilhas do arquipélago como ainda, e principalmente, os pontos e monumentos históricos tão intimamente ligados aos descobrimentos e às lutas da restauração. No trajecto foi prestada homenagem, em pleno Atlântico, a Carvalho Araújo e seus companheiros, e os participantes e o Grupo em particular foram homenageados pelos Governadores Civis de Angra do Heroísmo e da Horta, pelas organizações de turismo de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Funchal.

Esta visita cultural deixou em todos as melhores impressões e fez ingressar no nosso Grupo cerca de 50 novos consócios. A ela se refe-

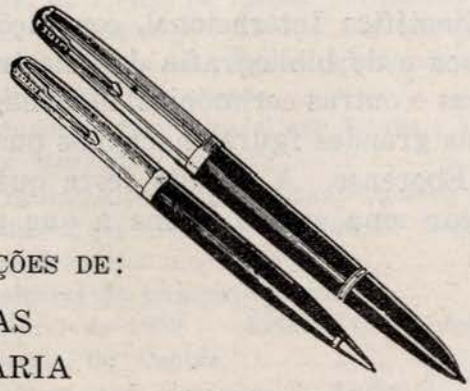
riram largamente os jornais de Lisboa e os das terras visitadas, de que no Grupo se arquiva a respectiva colecção.

Oportunamente se realizará, marcado para 7 de Novembro, a sessão de *Colóquios Olisiponenses* tratando desta visita e a inauguração do *Salão Fotográfico* à mesma referente, com a exibição dum filme então tirado.

E. N.

PAPELARIA DA MODA

António Vieira, Lda.



Representantes exclucivos em Portugal das

CANETAS, LAPISEIRAS, ESFEROGRÁFICAS E TINTAS QUINK

da marca

Parker

famosa em todo o mundo

ÚLTIMA NOVIDADE !

A FAMOSA PARKER «61» DE ENCHIMENTO AUTOMÁTICO, A CANETA QUE SE LIMPA... POR SI PRÓPRIA

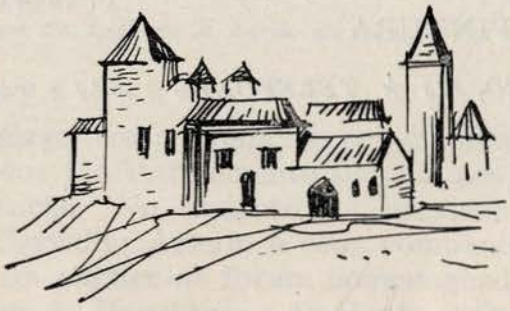
COM SECÇÕES DE:

CANETAS
PAPELARIA
MATERIAL DE ESCRITÓRIO
ARTIGOS DE DESENHO
ARTIGOS DE PINTURA

167, RUA DO OURO, 173 ★ TELEFONES 2 43 47 e 2 42 69 ★ LISBOA

A Universidade de Évora

Évora vai comemorar nos últimos dias deste mês o IV centenário da fundação da sua Universidade, e vai fazê-lo num alto sentido cultural, com um Congresso Científico Interncional, exposições de arte sacra, de arquitectura barroca e de bibliografia dos Mestres Universitários, festividades religiosas e outras cerimónias, homenageando não só o Fundador, como ainda as grandes fguras nacionais que passaram pela gloriosa Universidade Eborense. A grande festa que começará no dia 28, será rematada por uma sessão solene a que presidirá o Chefe do Estado.



ÍNDICE

DO 22.º VOLUME

1959

A Costa do Castelo ou a história de uma Rua sem casas, por *Ferreira de Andrade* ... 80
A Guarda Real da Polícia de Lisboa, por *Carlos Alberto Lopes Teixeira* ... 39
A Igreja de S. Domingos, pelo *Cónego José Corrêa de Sá* ... 170
A Igreja de S. Domingos, Fastos gloriosos e fatais da sua história, por *Ferreira de Andrade* ... 172
A propósito duma viagem cultural aos Açores e Madeira, pelo *Dr. Francisco Félix Machado* ... 149
A Quinta-feira de há 94 anos — Quando nasceu o *Diário de Notícias* ... 45
A Torre de Belém, por *Alfredo Ferreira do Nascimento* ... 11
Acção cultural durante o ano de 1958 ... 55
Actividade cultural do trimestre passado ... 53, 104, 155 e 237
Assembleia Geral de 1959 — Relatório da Junta Directiva e Parecer da Comissão de Contas ... 107
Elogio de Alfama, por *Ferreira de Andrade* ... 27
Feira da Ladra ... 51
Homenagem a Lisboa, pelo *Dr. Eduardo Neves* ... 151
Lisboa Manuelina, por *Gustavo de Matos Sequeira* ... 115
Na Igreja de São Domingos, de Lisboa, nem tudo se perdeu: salva-se a imagem de Nossa Senhora da Escada, pelo *Dr. Rocha Souto* ... 226
O Palácio Barcelino e o seu antecessor o Convento do Espírito Santo da Pedreira, por *Mário Costa* ... 91 e 129
O Pintor A. U. Wertmuller e Portugal, por *Michel Benisovich* — New-York 77
O Terremoto de 1755 observado por um marinheiro sueco ... 61
O Tesouro de Guerra no Castelo de S. Jorge, por *Mário Costa* ... 3
Quillard em Lisboa, por *Luís Bonifácio* ... 124
Um lisboeta bem amigo de Lisboa, por *E. N.* ... 147
Um sonho a caminho da realidade — A ponte sobre o Tejo, por *Alfredo Ferreira do Nascimento* ... 64
O Templo de S. Domingos, por *Gustavo de Matos Sequeira* ... 167

LIVROS

EDIÇÕES DO GRUPO E DOS SÓCIOS
À VENDA NA SEDE

VÁRIA

	PREÇOS Sócios	Público
Noite de evocação do Leão de Ouro	13$50	15$00
Urbanização de Lisboa	4$50	5$00
A cor de Lisboa	13$50	15$00
Olisipos (estão esgotados os números 1, 2, 8, 9, 10, 11, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 27, 34 e 43)... cada, dos que existem,	18$00	20$00
Evocação do Café-Restaurante Tavares	4$00	5$00
Jantar de Confraternização na Casa do Leão	4$00	5$00

A. VIEIRA DA SILVA

O Castelo de S. Jorge	13$50	15$00
A Ponte de Alcântara	13$50	15$00
Os Paços dos Duques de Bragança em Lisboa	13$50	15$00
Fantasias sobre a origem do nome de Lisboa	13$50	15$00

DR. ALFREDO DA CUNHA

Olisipo berço do periodismo português	13$50	15$00

ALFREDO FERREIRA DO NASCIMENTO

Algumas achegas para a História da Defesa de Lisboa	13$50	15$00
Os Banhos da Rocha do Conde de Óbidos	13$50	15$00
O Quartel de Campolide	13$50	15$00
O Quartel do Regimento do Conde de Lippe	13$50	15$00
A Torre do Bugio	18$00	20$00

DR. ANTÓNIO QUADROS FERRO

O Enigma de Lisboa	7$00	7$50

ANTÓNIO RIBEIRO DA SILVA E SOUSA

A Igreja do Sítio de Santo Estêvão	13$50	15$00
O Campo de Santa Clara	13$50	15$00
Ronda e Silva de Lisboa Velha	9$00	10$00
Bagatelas de tempo vário	9$00	10$00

AUGUSTO CASIMIRO

Lisboa Mourisca	18$00	20$00

DR. EDUARDO NEVES

Homenagem a Matos Sequeira...	13$50	15$00
Uma recordação sebástica no Sítio da Luz	18$00	20$00
Dos selos pendentes do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa — Um notável selo de 1580	15$00	20$00

F. A. GARCEZ TEIXEIRA

A Irmandade de S. Lucas	13$50	15$00

P.E FRANCISCO LEITE FARIA

Lisboa e S. Lourenço de Brindes	13$50	15$00
Alvoroço na Lisboa setecentista	13$50	15$00

FERREIRA DE ANDRADE

Relação das casas foreiras...	22$50	25$00
O Senado da Câmara e a Guerra Civil	27$00	30$00
Três Touradas no Terreiro do Paço	13$50	15$00
Guia do Olisipo n.os 1 a 11 .. .. cada	7$50	8$00
» » » n.os 12 a 21 ... ... cada	9$00	10$00
Visite Lisboa, 5.ª ed.	81$00	90$00
Vinte e cinco anos na vida duma capital	54$00	60$00
Portugal País de Turismo, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º vols. ... ... cada	135$00	150$00
Idem, idem, 6.º vol.	162$00	180$00
Lisboa das sete colinas	36$00	40$00
Lisboa vista em 5 dias	13$50	15$00

DR. GILBERTO MONTEIRO

Esboço histórico do Hospital de Belém	18$00	20$00
D. Gilberto	13$50	15$00

GODOFREDO FERREIRA

Um ricaço lisboeta do século XVII	13$50	15$00

GUSTAVO DE MATOS SEQUEIRA

Auto de S. João	9$00	10$00
Lisboa (Comédia)	18$00	20$00

HENRIQUE LINHARES DE LIMA

Vultos e sombras medievais	45$00	50$00

HUGO RAPOSO

Primeiro circuito da Lisboa Moderna em transporte colectivo ...	9$00	10$00

JOÃO MONTEIRO

Estrada de Sacavém	27$00	30$00

JOAQUIM ROQUE DA FONSECA

A Urbanização de Lisboa	13$50	15$00

LUÍS MOITA

O Metropolitano e as «Sete Colinas» Olisiponenses	7$00	7$50

LUIZ PASTOR DE MACEDO

A Baixa Pombalina	6$70	7$50
A Rua das Canastras	7$20	8$00
Críticas, Correcções e aditamentos à «Lisboa de ontem e de hoje» do Sr. Paulo Freire	9$00	10$00
Notícias e registos curiosos extraídos dos livros paroquiais da Freguesia da Sé	9$00	10$00
Ascendentes de Camilo	13$50	15$00

LUÍS TEIXEIRA

O «Diário de Notícias» e o Século XIX	4$50	5$00

LUÍS TRINDADE

Janelas de Alfama	18$00	20$00

DR. MANUEL VICENTE MOREIRA

O Problema da Habitação	27$00	30$00

MÁRIO COSTA

Duas facas de mato notáveis	13$50	15$00
Da Rua Nova à Rua dos Capelistas	18$00	20$00
Festas do Casamento da Infanta D. Catarina de Bragança com Carlos II de Inglaterra	9$00	10$00
Duas Curiosidades Lisboetas — O Balão do Arsenal e o Tiro da Escola Politécnica	13$50	15$00
O Sítio de Santo Amaro	18$00	20$00
O Palácio do Manteigueiro	18$00	20$00
Uma quermesse de caridade na Real Tapada da Ajuda	45$00	50$00
O Palácio Barcelinhos e o seu antecessor o Convento do Espírito Santo da Pedreira	18$00	20$00

MÁRIO SAMPAIO RIBEIRO

A Igreja e o Convento da Graça	13$50	15$00
Do Sítio do Restelo e das suas Igrejas de St.ª Maria de Belém	45$00	50$00
A propósito da inscrição sepulcral do fundador da Ermida de N. S. da Oliveira de Lisboa	18$00	20$00

NORBERTO DE ARAÚJO

Pequena Monografia a S. Vicente...	9$00	10$00

RUY DE ANDRADE

Como o artista Alfredo de Andrade encarava alguns problemas da edilícia citadina	9$00	10$00

DR. RUY DIQUE TRAVASSOS VALDEZ

Subsídios para Heráldica Tumular Moderna Olisiponense...	45$00	50$00
A Quinta da Torrinha ao Vale do Pereiro	18$00	20$00

TINOP

Lisboa de Outrora, 1.º, 2.º e 3.º vols.... ... ... cada	13$50	15$00

OFICINAS
GRAFICAS

Ramos, Afonso & Moita

L I M I T A D A

Composição manual e mecânica. Impressão rápida. Encadernação
Livros, Revistas, Magazines, Impressos comerciais e burocráticos
Livraria. Papelaria

R. Voz do Operário, 8 a 16 **LISBOA** **S. Vicente de Fora**

Companhia Nacional de Navegação

Sede: Rua do Comércio, 85 — L I S B O A — Telefones 2 30 21 e 2 30 26
Sucursal: R. Infante D. Henrique, 63 — PORTO — Telefones 2 24 38 e 2 24 39

Serviço rápido de carga e passageiros para a África
Ocidental e África Oriental, Oriente e Norte da Europa

UMA FROTA AO SERVIÇO DA NAÇÃO E DO IMPÉRIO

Navios de passageiros	Tons. D. W.	Tons. desloc.
Moçambique	9.423	18.220
Angola ...	9.550	18.250
Niassa ...	9.706	16.330
Quanza ...	6.230	11.550
Índia	6.655	11.677
Timor ...	6.655	11.677
Zambézia ...	1.857	3.538
Lúrio	1.857	3.538
Save	1.330	2.680

Navios de carga	Tons. desloc.	Tons. D. W.
Sofala	12.145	18.520
Moçâmedes ..	9.120	12.990
Rovuma	9.120	12.990
S. Tomé ..	9.050	12.550
Nacala	3.370	5.130
Tagus	1.532	2.581
Chinde	1.543	2.592
Angoche ..	1.630	2.320

Em construção:

Príncipe Perfeito ... ... — 20.000

VISTA ALEGRE

Há 135 anos
que mantem alto o prestigio da
Porcelana de Portugal

Gran-Prix na Exposição Internacional de Bruxelas – 1958

•

LARGO DO CHIADO, 18 — *RUA IVENS, 19* — LISBOA

COMPANHIA DE DIAMANTES DE ANGOLA

(DIAMANG)

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Com o capital de

ESC. 294.100.000$00

•

Pesquisa e extracção de diamantes

na

PROVÍNCIA DE ANGOLA

em regime de exclusivo

•

Sede Social: LISBOA, Rua dos Fanqueiros, 12-2.° – Teleg. DIAMANG

Presidente do Conselho de Administração
e
Administrador-Delegado
Com. Ernesto de Vilhena

Vice-Presidente
Com. Álvaro Morna

Presidente dos
Grupos Estrangeiros
Mr. Firmin Van Brée

•

DIRECÇÃO-GERAL NA LUNDA
Director-Geral
José Maria de Noronha Feyo

REPRESENTAÇÃO EM LUANDA
Representante
Dr. Sílvio Guimarães

GAIVOTAS, LDA.

FÁBRICA DE VIDROS E CRISTAIS

Fundada em 1811 — Telefs. 6631 77/78

Especializada em todo o género de vidraria para iluminação, frascaria para perfumaria e laboratórios e artigos domésticos

A alta qualidade do seu fabrico corresponde a preferência dada aos seus produtos por uma vasta Clientela da Metrópole, Ultramar e Estrangeiro

Fábrica: RUA DAS GAIVOTAS, N.ºs 14 a 24

Escritório: RUA DAS GAIVOTAS, N.º 20-C 1.º

Casa de venda ao público: RUA DAS GAIVOTAS, N.ºs 14 a 24 — **LISBOA**

Na

LIVRARIA PORTUGAL

... encontra V. Ex.ª livros sobre todos os assuntos escritos nas principais línguas europeias

Damos informações bibliográficas e aceitamos encomendas para todos os países

•

LIVRARIA PORTUGAL

Rua do Carmo

70

Telefones: 30582 – 30583 – 28220

Secção de revenda e armazéns

Rua da Oliveira ao Carmo, 21-23

LISBOA-2

Casa Maciel, Lda.

CASA FUNDADA EM 1810

Premiado nas exposições de Rio de Janeiro 1922, Barcelona 1929, e Indústrial Portuguesa

FABRICANTE DE

LANTERNAS

em todos os estilos

Sortido completo em louças, folha de Flandres, ferro esmaltado, alumínio, Porcelanas, vidros e artigos de ménage

Tel. 22451

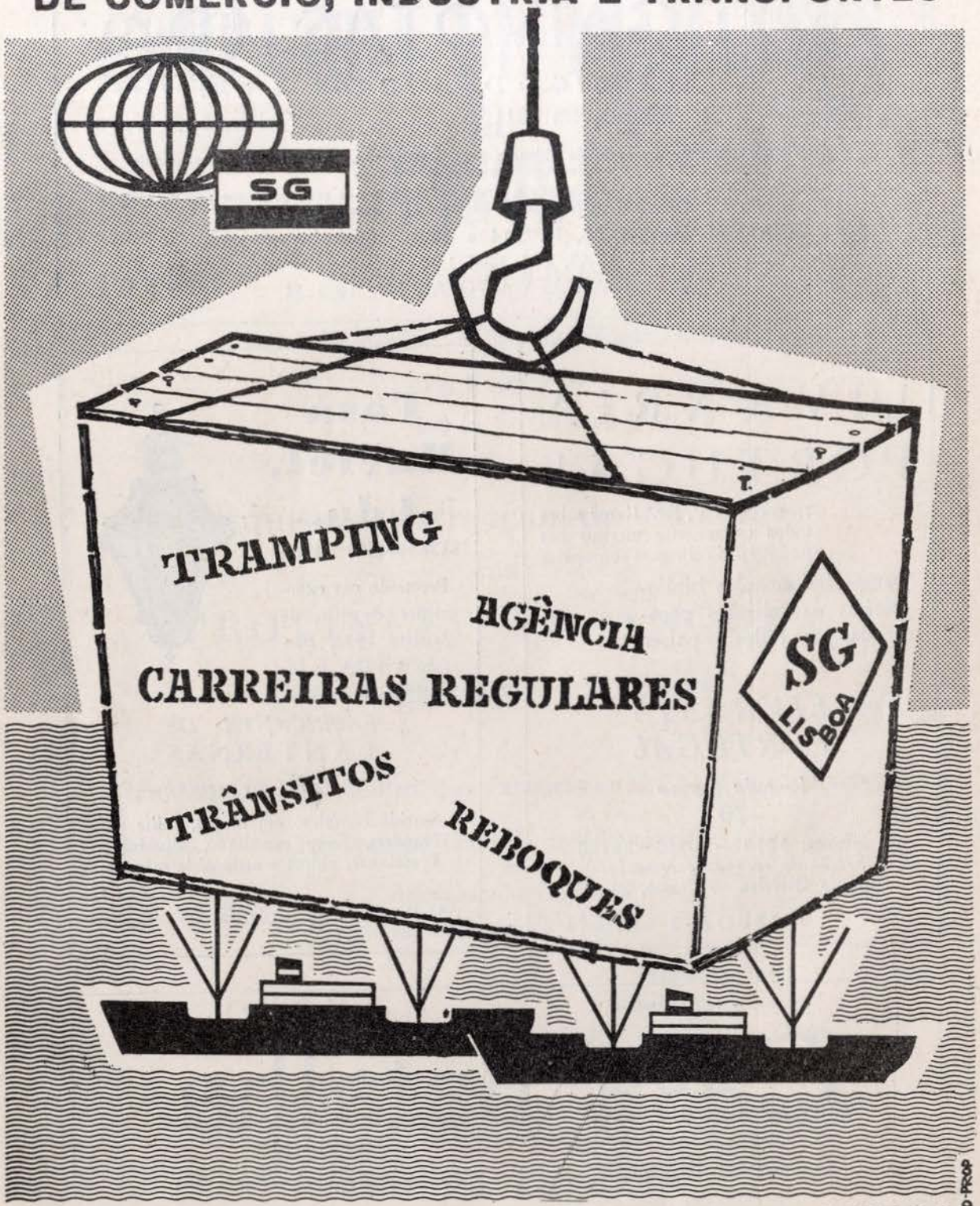
63, Rua da Misericórdia, 65 – LISBOA

Casa Batalha

FUNDADA EM 1635

SOCIEDADE GERAL

DE COMÉRCIO, INDÚSTRIA E TRANSPORTES



Rua do Comércio, 39 • Telef. 26314 • LISBOA

Rua Sá da Bandeira, 82 • Telef. 27363 • PORTO

MORATO-PROP

OURIVESARIA DA GUIA

Fundada em 1875

•

Joias
Pratas Modernas e Antigas
Ouro-Relógios

Na sua nova Sede: Rua Dom Duarte, 4-B - Tel. 863936 - LISBOA
(Edifício do Hotel Mundial)

A

LEGAL & GENERAL

agradece aos
«AMIGOS DE LISBOA»
a preferência que lhe têm dado, para os seus contratos de seguros

Capital e Reservas:
350 MILHÕES DE LIBRAS

CORRESPONDENTE:
Rua da Madalena, 80, 1.º — LISBOA

E. Pinto Basto & C.ª, Lda.

LISBOA

•

TRANSPORTES MARÍTIMOS E AÉREOS
CARVÃO
SEGUROS
REPRESENTAÇÕES
(Industriais, etc.)
FOLHA DE FLANDRES E AÇOS
EXPORTAÇÕES
IMPORTAÇÕES

•

No Porto:
Kendall, Pinto Basto & C.ª, Lda.

Pérola do Rossio

Limitada

Casa especializada em Chá, Café, Bolachas, Bombons e Chocolates

Envio de encomendas
para
Todo o País e Estrangeiro

Rossio, 105 • Lisboa • Telef. 20744

BERTRAND (IRMÃOS), LDA.

Artes Gráficas

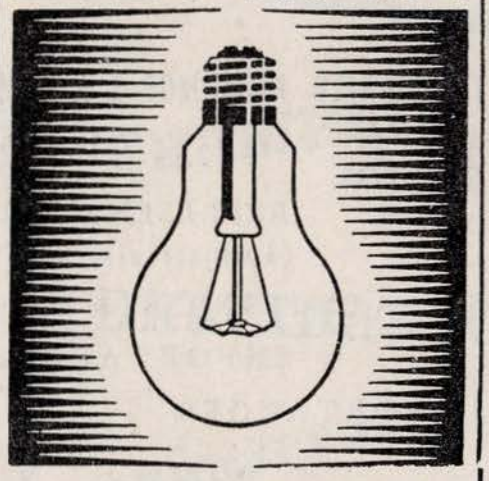
●

FOTOGRAVURA
TIPOGRAFIA
LITOGRAFIA
ROTOGRAVURA
"OFFSET" - DESENHO

Travessa da Condessa do Rio, 7

Telef. 21368 - 21227 - 30054 — LISBOA

LUMIAR



A MAIS PERFEITA

CAMILO
CASTELO
BRANCO

O mais apreciado e o mais português de todos os romancistas

Edição popular das suas principais obras em

80 VOLUMES

CONHEÇA
LEIA
APRECIE
DIVULGUE

CAMILO

Edições da

Parceria António Maria Pereira

RUA AUGUSTA, 44 A 54

Telef. 31730 : End. Teleg. PARCEPEREIRA

COMPRAMOS

LIVROS DE BONS AUTORES

Grandes e pequenas quantidades

LIVRARIA «ECLÉTICA»

Calçada do Combro, 58 • Telef. 28663 • LISBOA

PAINÉIS DE AZULEJOS *com Imagens e Cenas Religiosas*

LOUÇAS DECORATIVAS, SANITÁRIAS E DOMÉSTICAS — AZULEJOS PARA TODAS AS APLICAÇÕES

Agentes:

LISBOA
R. Rodrigo da Fonseca, 70, r/c., E. – Tel. 54872
PORTO
Galeria de Paris, 96, 1.º – Tel. 27012

FÁBRICAS ALELUIA
AVEIRO
Telefones 22, 806 e 807

CASA AFRICANA

●

PREÇOS FIXOS E MARCADOS EM TODOS OS ARTIGOS

•

ON PARLE FRANÇAIS

•

ENGLISH SPOKEN

Secção de Alfaiataria e Camisaria para Homens e Rapazes. Modas e roupa branca para Senhoras e Crianças. Sedas e Veludos, Lãs, Malhas, Algodões, Cintas e Soutiens. Decorador-estofador. Peles confeccionadas e a retalho. Retrosaria. Luvaria, Perfumaria e todos os artigos para HOMENS, SENHORAS E CRIANÇAS

●

Rua Augusta, 161 – Telef. 2 42 64-65 P. B. X.
LISBOA

Rua Sá da Bandeira, 166 – Telef. 1361 P. B. X.
PORTO

Edifício do Cruzeiro — ESTORIL

Completamente Remodelada

Reabriu de novo para bem servir a sua numerosa clientela,
com um sortido completo de

Pincéis, telas e tintas de óleo e para aguarela, desenho e guaches das marcas
LEFRANC, WINDSOR, PELIKAN, SCHMINCKE, etc.

Papelaria Camões de AUGUSTO RODRIGUES & BRITO, LDA.
42, Praça Luís de Camões, 43 — Telef. 2 30 63 — LISBOA

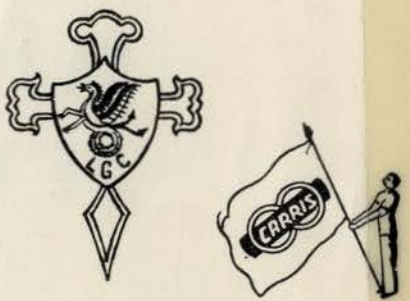
LISBOA GINÁSIO CLUBE

FUNDADO em 4 de Novembro de 1918, o «Lisboa Ginásio Clube» depressa se transformou num alfobre de atletas.

A modesta cave da rua Maria, onde se instalara a primeira sede, depressa se mostrou acanhada demais. Dois anos depois, porém, já o «Lisboa Ginásio» ocupava o edifício do antigo Teatro Borralho, para daí a mais algum tempo, num crescente de valorização, ser forçado a ampliar estas instalações, com o aluguer do edifício anexo que dá para a rua dos Anjos. Deve-se ao «Lisboa Ginásio» a introdução entre nós da ginástica rítmica para senhoras; cabendo-lhe também importante parcela no desenvolvimento e propaganda da ginástica educativa feminina.

Dos sucessivos contactos com os melhores ginastas mundiais, nunca o «Lisboa Ginásio» saiu desprestigiado; e a comprová-lo estão dezenas de saraus realizados no Coliseu dos Recreios. Também em Florença, em Roterdão e Espanha, os atletas do «Lisboa Ginásio» alcançaram posições de relevo — prestigiando o nome de Portugal. Sempre admiràvelmente orientado, orgulha-se ainda o clube da sua famosa «classe maravilha» que tanto deu que falar.

Cerca de 1.400 atletas, praticando, além da Ginástica Voleibol, Basquetebol, Atletismo, Badminton, Luta, Box, Pesos e Alteres, Tiro ao Arco, Esgrima e Jogo do Pau, mantém presentemente o «Lisboa Ginásio Clube» em constante actividade, não permitindo as suas instalações que este número possa ser aumentado. Todavia, atendendo à importante dívida que o Desporto Português contraiu para com esta grande colectividade, o «Lisboa Ginásio» espera ver as suas instalações valorizadas e aumentadas dentro de pouco tempo, com a edificação de uma nova sede erguida no mesmo local onde presentemente se encontra instalado.



SENA SUGAR ESTATES, LTD.

Plantações e Fábricas de Açúcar em

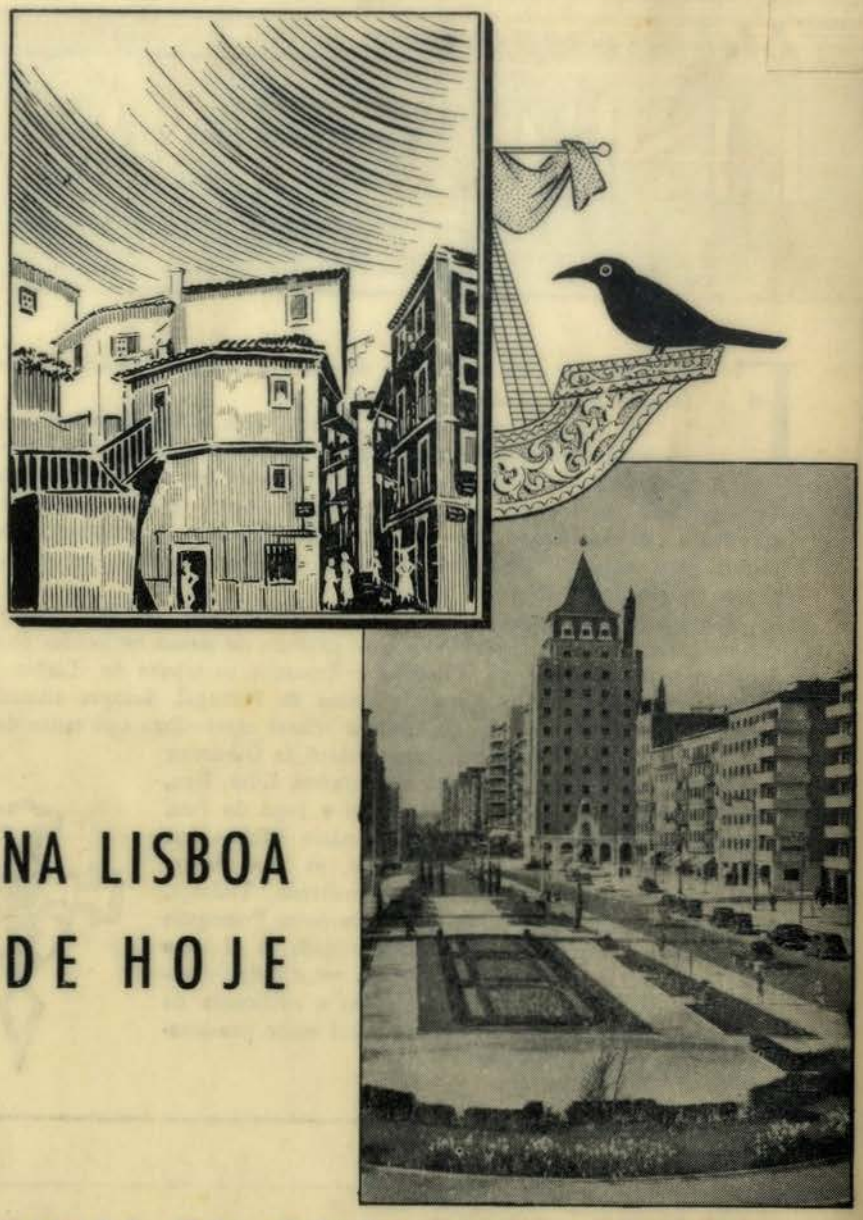
LUABO

e

MARROMEU

PROVÍNCIA DE MOÇAMBIQUE

NA LISBOA
DE ONTEM



E

NA LISBOA
DE HOJE

COMO, AFINAL, EM QUALQUER PARTE,
CONTRA A TOSSE:

BENZO-DIACOL